

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

**Do Dourado à Tilápia:
Compensação ou imposição? Mudanças no modo
de vida dos pescadores atingidos pela UHE Funil**

Natan Ferreira de Carvalho

Belo Horizonte

2010

Natan Ferreira de Carvalho

**Do Dourado à Tilápia:
Compensação ou imposição? Mudanças no modo
de vida dos pescadores atingidos pela UHE Funil**

Monografia de graduação apresentada ao curso de
Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas
Gerais como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Andréa Luisa Moukhaiber Zhouri

Belo Horizonte

2010

Dedico esta monografia ao meu avô Milton Ferreira de Carvalho

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a toda minha família, especialmente meus pais e meus irmãos, que sempre me deram a maior força e todo suporte necessário para a realização dessa monografia. Amo a todos.

Agradeço também a minha namorada que sempre esteve do meu lado, me apoiando e incentivando. Meu porto seguro. Estendo estes agradecimentos a Edna e ao Edinho que também sempre demonstraram seu apoio.

Agradeço também a Turma M., com quem passei momentos inesquecíveis durante o curso de Ciências Sociais.

Gostaria também de agradecer a minha orientadora Andrea Zhouri e ao GESTA , não só pelo apoio financeiro que me possibilitou a ida a campo, mas principalmente por ter sido um espaço de experiência e reflexão em equipe que contribuiu muito para o amadurecimento de minhas idéias. Sem o apoio dos mesmos essa monografia não seria possível.

Agradeço também ao Silvano e a Néia pela paciência e carinho com que me acolheram durante o trabalho de campo.

Por fim, agradeço a todos da Comunidade do Funil, especialmente os pescadores, pela hospitalidade com que me receberam.

“... amo os grandes rios, pois são profundos como a alma do homem. Na superfície são muito vivazes e claros, mas nas profundezas são tranquilos e escuros como os sofrimentos dos homens. Amo ainda mais uma coisa de nossos grandes rios: a eternidade. Sim, rio é uma palavra mágica para conjugar a eternidade.”

Guimarães Rosa

RESUMO

Esta monografia teve como objetivo principal a tentativa de compreender a forma com que os programas de compensação propostos pelo consórcio AHE Funil foram construídos, implementados e como, hoje, eles são percebidos e vividos pelos pescadores atingidos pela Hidrelétrica do Funil. A partir da análise dos documentos referentes ao processo de licenciamento ambiental do empreendimento, da realização de entrevistas com os técnicos e com os atingidos, e do trabalho de campo na Comunidade do Funil, o que se pôde perceber foi que, ao tentar compensar o trabalho dos pescadores por meio da piscicultura, o consórcio empreendedor acabou transformando não só o modo de produção destes, mas transformou também a própria identidade dos mesmos, “apagando” conhecimentos e saberes, “transformando” valores e perspectivas culturais e provocando a dependência destes pescadores, que antes exerciam uma atividade autônoma e que agora passam a depender do Consórcio AHE Funil, uma vez que não possuem condições suficientes pra exercer a nova atividade por conta própria.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Licenciamento ambiental. Compensação. Usina Hidrelétrica. Pescador.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGROFUNIL – Associação dos Agropecuaristas da Ponte do Funil
AHE FUNIL – Consórcio empreendedor responsável pela UHE Funil, formado pela Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Energética de Minas Gerais
AIA – Avaliação de Impacto Ambiental
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
CBP – Centro de Beneficiamento do Pescado
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
COOPERFUNIL – Cooperativa de Pesca da Ponte do Funil
COPAM – Conselho de Política Ambiental
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EMATER/MG – Empresa de assistência técnica e extensão rural de Minas Gerais
EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
EPE – Empresa de Pesquisa Energética
EUA – Estados Unidos da América
FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente
FRUTILAVRAS – Associação dos Fruticultores da Região de Lavras
GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IIRSA – Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
LI – Licença de Instalação
LO – Licença de Operação
LP – Licença Prévia
MINASLIGAS – Companhia Ferroligas de Minas Gerais
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PCA – Plano de Controle Ambiental
PIB – Produto Interno Bruto
RADA – Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SEAP – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

SEBRAE/MG – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais

SEMAD – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SISEMA – Sistema Estadual de Meio Ambiente

SUPRAM – Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

UFLA – Universidade Federal de Lavras

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UHE – Unidade de Produção de Energia Hidrelétrica

UNB - Universidade de Brasília

VALE – Companhia Vale do Rio Doce

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1- A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO (SUSTENTÁVEL).....	18
CAPÍTULO 2- OS PROGRAMAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO E A POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA.....	23
CAPÍTULO 3- A USINA HIDRELÉTRICA DO FUNIL.	36
3.1 Características do empreendimento.....	36
3.2 A comunidade do Funil	37
3.3 Projetos de Compensação propostos pelo Consórcio Empreendedor	40
CAPÍTULO 4- DO DOURADO À TILÁPIA, DO PESCADOR AO PISCICULTOR.....	47
4.1 O pescador artesanal e o processo de extinção da categoria	47
4.2 O (ex) pescador da Ponte do Funil.....	54
4.3 A criação em Tanques-Rede	62
CONCLUSÃO	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	75

INTRODUÇÃO

Primeiramente gostaria de falar um pouco sobre os motivos que me levaram à escolha do objeto de pesquisa dessa monografia. Durante o curso de ciências sociais eu me envolvi com algumas atividades acadêmicas, mas a que eu me dediquei mais tempo foi uma pesquisa sobre Formas Alternativas de Resolução de Conflitos em Belo Horizonte, coordenado pelo professor doutor Daniel Simião, hoje professor da UNB, onde trabalhamos durante três anos pesquisando dois núcleos de mediação de conflitos administrados pelo programa Pólos de Cidadania, da faculdade de Direito da UFMG. Os Núcleos estão localizados em duas favelas da capital mineira, Aglomerado Santa Lucia e no Aglomerado da Serra, nesta última, tivemos a oportunidade de morar durante um mês para realizarmos o trabalho de campo para a pesquisa.

Durante o período em que moramos no Aglomerado da Serra, o que mais me chamou a atenção foi a “ruralidade” presente no lugar. Acredito que isto se deve, entre outras coisas, ao fato de que muitos moradores são pessoas que vieram do interior e de zonas rurais de vários lugares de Minas Gerais, o que, a meu ver, favorecia esse “ar interiorano” e essa forte presença do “rural” no aglomerado. Sempre achei que a vivência no meio rural trazia questões específicas aos seus moradores, questões estas que estariam relacionadas a valores e a um modo específico de enxergar, interpretar e estar no mundo que sempre valorizei. Jogar bola na rua, soltar papagaio, andar de carrinho de rolimã, ficar até tarde da noite batendo papo e “focando” no passeio em frente a casa onde moramos, tudo isso me fez lembrar a cidade do interior de Minas Gerais onde meu avô morou durante muitos anos, Lavras, e mais precisamente do “Sítio do Vô”, um pequeno sítio onde passei a maior parte da minha infância.

Relembrando as vivências no lugar, me recordei das brincadeiras que fazíamos como jogar bola no campinho que tinha em frente à casa do empregado, brincar de guerra de argila no açude, brincar na pinguela do “corguinho”, pescar traíra no córrego atrás do pasto dos bezerros, andar a cavalo até a Ponte do Funil para comer um cigarrete, etc. No entanto, todas essas boas lembranças da época de minha infância hoje me parecem ainda mais distantes uma vez que muitos desses lugares foram inundados pelo barramento do Rio Grande para a construção da Usina Hidrelétrica do Funil.

A construção da barragem alterou significativamente o dia-a-dia no Sítio do meu avô que foi dividido ao meio. Essas mudanças vividas no lugar acabaram me despertando uma curiosidade de entender melhor o que havia acontecido com os outros moradores da região que também tiveram suas vidas alteradas a partir da construção da Usina. Lembrando-me de todo movimento que tinha na Ponte do Funil, do Vicente, da Bimbarra e das outras praias do Rio Grande, dos pescadores que ali viviam, fiquei me perguntando o que teria acontecido com essas pessoas que viveram toda sua vida na beira do rio e que agora tiveram que mudar de lugar, passando a morar na beira do lago, em um local urbano.¹

Foi a partir daí que procurei a minha orientadora que tem uma grande experiência na questão das barragens hidrelétricas e que me apresentou ao GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais- onde comecei a trabalhar como voluntário e passei a ter maior contato com a literatura sobre o assunto e com a experiência de extensão.

Grande parte dos textos que li a respeito do assunto tratavam do processo de Licenciamento Ambiental dos empreendimentos hidrelétricos, e apontavam para os principais problemas políticos, estruturais e procedimentais dos mesmos. O que se verifica a partir da análise da literatura pertinente é a questão da inevitabilidade da obra, que se apresenta como algo inquestionável, colocando o Licenciamento Ambiental como um mero formalismo necessário à aprovação do empreendimento.

A materialização dos anseios e desejos do homem moderno se dá, em grande medida, por meio da energia. Sendo um dos fatores propulsores ao desenvolvimento, a questão da produção energética se constitui como algo essencial na modernidade, o que faz com que a pressão para a geração de eletricidade seja muito forte por parte de diversos setores da sociedade. No Brasil, a participação da energia hidráulica na matriz energética nacional é significativa, dados obtidos de um documento da ANEEL apontam que, na oferta interna de energia elétrica, a energia de fonte hidráulica

¹ Certo dia, tomando uma cerveja em um bar na nova Comunidade do Funil, me surpreendeu o fato de uma Lancha estacionar em frente ao bar, tocando um som na maior altura. Não pude deixar de reparar a brutal diferença de quando frequentávamos a antiga Ponte do Funil; mudaram-se as pessoas, os jeitos, o ambiente...

produzida no país em 2007 representou 85,6%, constituindo-se, de longe, na maior produtora de eletricidade do país.²

Nas representações da questão por parte do governo e pela grande mídia, o processo de Licenciamento Ambiental de barragens hidrelétricas passa a ser visto como um entrave ao desenvolvimento³ (ZHOURI et al, 2005). Por outro lado, vários setores da sociedade civil vêm questionando a eficácia do Licenciamento Ambiental argumentando que, na maioria das vezes, ele serve apenas como um instrumento legitimador dos projetos sob a única condição da implementação de medidas que atenuem e/ou compensem seus impactos.

De acordo com Ribeiro:

Reduzido, nessa percepção, a uma mera formalidade burocrático-administrativa, qual seja a obtenção de uma simples autorização do Estado-como se fora um expediente cartorial, o licenciamento ambiental não poderia significar a efetividade de seu principal fundamento: a avaliação objetiva de impactos como suporte para a tomada de decisão sobre a viabilidade socioambiental de projetos. (RIBEIRO, 2008, p.182)

Nessa medida, ao apresentar as medidas de compensação e de mitigação procura-se determinar os meios através dos quais o meio ambiente, e suas complexidades sócio-culturais e naturais, serão adequados ao projeto para que este seja aprovado.

O objetivo geral da monografia, portanto, foi tentar compreender a forma com que os programas de compensação para a implantação da UHE Funil foram construídos, implementados e como, hoje, ele é percebido e vivido por atingidos.

No entanto, a UHE Funil atingiu diretamente um número muito grande de famílias, que estão divididas em três comunidades distintas: Ponte do Funil, Macaia e Pedra Negra. A escolha pela Comunidade do Funil se deu pelo fato de ser a comunidade onde se localiza o sítio de meu avô, que foi o lugar de onde “surgiram” os meus questionamentos sobre o processo de construção da Usina Hidrelétrica.

² Dados obtidos no site da ANEEL. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas_par2_cap3.pdf>. Acesso em: 26/10/2010

³ Existe inclusive um processo no judiciário para tentar modificar a legislação ambiental com o objetivo de acelerar o processo de obtenção das Licenças Ambientais.

A escolha por analisar especificamente os pescadores se deu pelo fato destes não apenas viverem nas margens do Rio Grande, mas também pelo fato de viverem do rio, que é o seu local de trabalho por excelência. Além disso, a partir do trabalho no GESTA, pude acompanhar, de certa forma, outras comunidades atingidas por barragens hidrelétricas em Minas Gerais, e percebi que os pescadores são um dos que mais sofrem com o barramento dos rios, algo que ocorre devido a sua estreita relação com o mesmo, que se apresenta além de tudo como o lugar de onde obtêm o sustento da família. Nesse sentido, como afirma Valêncio (2007), os pescadores precisam do rio para se perpetuarem, tal como ele se oferece. Segundo a autora:

O rio, assim, é uma produção imaginativa que habita o pescador, e o encontro dessa imagem, partilhada e corroborada pelo grupo, com o espaço concreto é experienciado como trabalho humanizador, não alienado. Portanto, sujeito a provar níveis de realização – e, também, de angústia, se há o risco de perdê-lo – indizíveis. (VALENCIO, 2007, p.31)

A metodologia usada consistiu, primeiramente, da análise dos documentos referentes ao processo de concessão do Licenciamento Ambiental da Hidrelétrica do Funil. Para isto, fizemos uma consulta dos mesmos nos arquivos do Sistema Estadual de Meio Ambiente -SISEMA, localizado no bairro Gameleira em Belo Horizonte, e também consultamos os arquivos que estão na Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável -SUPRAM - do Sul de Minas, localizada na cidade de Varginha.

É curioso atentar para o fato de que, durante a consulta aos processos em Varginha, reparei que vários documentos referentes ao Licenciamento Ambiental da UHE Funil estavam faltando. Ao perguntar para o técnico que me acompanhava o que havia ocorrido, este me respondeu que não sabia bem o motivo dos documentos não estarem lá, mas comentou que o consórcio empreendedor havia pedido a renovação da Licença de Operação, vencida desde 2006, mas que, por algum motivo, o processo ficou arquivado no Estado, estando até hoje em processo de análise. O fato, segundo o

mesmo, é que durante essa paralisação muitos documentos foram “perdidos” estando, ainda hoje, pendentes.⁴

Apesar de não poder ter acesso a documentos importantes e que eram relevantes para a pesquisa, o material que consegui consultar foi de grande ajuda e possibilitou um entendimento bastante satisfatório do processo de Licenciamento Ambiental.

Além da análise dos documentos e das entrevistas com o técnico da SUPRAM, também entrevistei uma socióloga de uma empresa de Consultoria Ambiental⁵ contratada pelo consórcio empreendedor para fazer o acompanhamento dos Programas de Reativação Econômica na Comunidade do Funil, que foi de fundamental importância para entender os procedimentos e as dificuldades de implantação dos programas.

A outra metodologia utilizada foi o trabalho de campo que se deu com o objetivo de verificar a efetividade dos projetos de compensação propostos pelo consórcio empreendedor e para tentar compreender como os atingidos vivenciam esses projetos hoje em dia. Nesse sentido, buscamos estabelecer uma aproximação e uma interação direta com a comunidade, vivenciando parcialmente suas experiências diárias, travando contatos e diálogos para tentar compreender as atividades e interações da vida cotidiana de seus moradores. Além disso, durante o trabalho de campo, realizamos uma série de entrevistas semi-estruturadas principalmente, mas não só, com os pescadores.

Na realização do trabalho de campo fiquei durante oito dias morando no sítio de meu avô. O caseiro do sítio, Silvano, foi a pessoa que me levou a ter os primeiros contatos com os pescadores atingidos, o que facilitou bastante a aceitação por parte destes de conceder as entrevistas, já que todos o conheciam muito bem. Além disso, ao ficarem sabendo que eu era neto do sr. Milton Ferreira de Carvalho, que era uma pessoa do lugar, os entrevistados também se sentiam mais a vontade em expressar suas opiniões.

No entanto, apesar desta facilidade, alguns entrevistados, a princípio, demonstravam certo receio em falar abertamente sobre a questão da construção da Usina Hidrelétrica,

⁴ Na ocasião o técnico da SUPRAM falou que iria pedir os documentos ao Consórcio AHE FUNIL e ficou de me enviar os documentos que eu havia requisitado para consulta, mas não o fez.

⁵ Empresa Práxis Projetos e Consultoria, sede em Belo Horizonte.

principalmente quando se tratava da atuação do consórcio empreendedor. Ao longo do trabalho de campo e a partir das conversas com os pescadores, os motivos que levavam os mesmos a terem este receio foram se tornando cada vez mais claro. A meu ver, este fato está diretamente relacionado à questão da dependência dos pescadores para com o consórcio empreendedor, assunto que será analisado nesta monografia. Com isso, a fim de preservar a identidade dos entrevistados para evitar que se comprometam de alguma forma com as declarações dadas, optei por não explicitar o nome dos mesmos neste trabalho, colocando apenas uma letra de referência (ex. A.) quando necessário.

A realização das entrevistas se deu, primeiramente, a partir da sugestão do Silvano e depois cada entrevistado ia apontando outras pessoas que poderiam esclarecer aquilo que estava buscando entender a partir das entrevistas; muitas vezes os entrevistados chegavam inclusive a me apresentar aos outros atingidos que também poderiam ser entrevistados, esclarecendo sobre a pesquisa e dando o seu “aval” a respeito da mesma.

Além disso, também cheguei a participar de uma reunião da Cooperativa de Pesca da Ponte do Funil – COOPERFUNIL-, onde estavam presentes os pescadores cooperados e um técnico que hoje é o responsável pelo acompanhamento dos Programas de Reativação Econômica na Comunidade do Funil, pessoa que acaba servindo de “ponte” entre os atingidos e o consórcio empreendedor, fazendo a mediação entre ambos.⁶

O resultado dessas experiências em campo foi a construção de uma análise sobre o processo de mudança sofrido pelos pescadores atingidos pela UHE Funil, principalmente no que diz respeito ao trabalho exercido pelos mesmos. Através da análise dos programas de compensação propostos pelo consórcio empreendedor, procuramos demonstrar que há certas atividades que não podem ser compensadas; o trabalho do pescador não é replicável em outro território, com isso, a partir da construção da usina hidrelétrica, o que pudemos observar foi a perda de todo um arcabouço cultural que é próprio do lugar.

Neste sentido, procuramos, no capítulo um, discutir a questão da adesão incondicional a um modelo específico de desenvolvimento (essencialmente capitalista) que acaba se

⁶ Na ocasião também estava previsto para uma representante do Consórcio AHE FUNIL participar da reunião mas, infelizmente, no dia ela não pode comparecer.

colocando como um processo único, universal e obrigatório. A partir daí apresentamos também o surgimento do discurso do Desenvolvimento Sustentável que, assumindo um discurso “ambientalmente correto”, tenta criar um “consenso mudo” em torno da sustentabilidade com o propósito de continuar o caminho do mesmo modelo de desenvolvimento pautado prioritariamente pelo viés econômico.

No segundo capítulo abordamos a forma com que as idéias propostas pelo discurso do Desenvolvimento Sustentável foram sendo implementadas no Brasil. Apresentamos os programas de desenvolvimento (“Avança Brasil”, IIRSA e PAC), mostrando o grande investimento nos projetos de infra-estrutura, especialmente nos de geração de energia elétrica e a questão da institucionalização do processo de Licenciamento Ambiental.

No terceiro capítulo abordamos especificamente a construção da UHE Funil, apresentando um breve histórico de sua formação, falando um pouco das características da Comunidade do Funil e apresentando os projetos de compensação propostos pelo consórcio empreendedor.

Finalmente, no quarto capítulo, procuramos analisar o material coletado junto aos pescadores da Comunidade do Funil. Dois aspectos principais se sobressaem a partir dos estudos; o primeiro diz respeito à mudança ocorrida na forma de trabalho dos atingidos, que deixam de ser pescadores e passam a ser piscicultores, criadores de peixes. O segundo está relacionado à questão da “cooptação” dos pescadores, por parte do consórcio empreendedor, tanto antes do enchimento do reservatório, dando emprego aos pescadores para trabalhar na construção do empreendimento, quanto depois, possibilitando aos pescadores trabalharem na construção de outras barragens hidrelétricas ao longo do Brasil. Os dois aspectos analisados mostram que, no caso do Funil, as medidas compensatórias serviram exclusivamente para reforçar uma racionalidade econômica, homogeneizante, preponderante na modernidade, em detrimento de uma pluralidade de sentidos de vida possíveis.

Por fim gostaria de apresentar um poema que meu avô escreveu sobre o Rio Grande que, com o brilhantismo de sempre, acredito introduzir boa parte das idéias que serão discutidas nesta monografia:

Meu Rio Grande

Vais calar meu Rio Grande
Suas cachoeiras serão sufocadas
Por cima de pedras gigantes
Seu barulho que se ouvi de longe
Tudo isso não ouviremos mais
Escutaremos apenas os seus ais
Logo abaixo em corredeiras serenas
Comadreando com pedras pequenas não mais serão vistas
Rio Grande, meu Rio Grande, não lamente seu destino
Tudo no mundo tem sua sina, não vais morrer meu rio
Vais acionar grandes turbinas iluminar lares e cidades
Não chore meu Grande Rio, pois este lago que de agora nunca mais vai igualar aos
encantos teus
Pois foi feito pelo homem, e tu meu Rio Grande foi feito por Deus

CAPÍTULO 1. “A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO (SUSTENTÁVEL)”

Pouco depois da Segunda Guerra Mundial, a maioria dos países do ocidente entrou no que pode ser definido como a “era do desenvolvimento”, um período histórico específico que, segundo Wolfgang Sachs, teve início em 20 de Janeiro de 1949, quando o então presidente eleito dos EUA, Harry S. Truman, em seu discurso de posse, referiu-se pela primeira vez ao hemisfério sul como “*áreas subdesenvolvidas*” (SACHS, 2000, p. 12).

Este discurso de Truman, que tem um caráter essencialmente evolucionista, além de criar uma identidade que não existia, impondo ao “Outro” uma identidade, essencialmente econômica, pela negativa, acaba colocando também o desenvolvimento como um processo único, universal e obrigatório. Segundo Sachs, a idéia de desenvolvimento nos governa e é colonizadora inclusive do nosso pensamento; para este autor,

o “desenvolvimento” foi, por várias décadas, aquela idéia que, como um altíssimo farol orientando marinheiros até a praia, guiava as nações emergentes em sua viagem pela história do pós-guerra. Ao se libertarem do jugo colonial, todos os países do Sul, fossem estas democracias ou ditaduras, proclamavam como sua aspiração primordial o desenvolvimento. (SACHS, 2000, p. 11).

Gustavo Esteva, um autor que, assim como Wolfgang Sachs, é bastante crítico desse ideal de desenvolvimento, afirma que essa palavra

sempre tem um sentido de mudança favorável, de um passo do simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor. Indica que estamos progredindo porque estamos avançando segundo uma lei universal necessária e inevitável, e na direção de uma meta desejável (ESTEVA, 2000, p. 64).

Segundo Mauro Oliveira Pires (2003), há alguns séculos a sociedade moderna vem privilegiando categorias, como a noção de progresso, que condicionam a atribuição de sentido de desenvolvimento. Para o autor:

Este [desenvolvimento] passou a ser visto como a redenção da humanidade (Ribeiro, 1992), via progresso tecnológico, uma vez que a salvação não se encontrava mais em verdades divinas, na penitência e no subjugo dos

sentimentos materiais, mas na satisfação material, na aquisição de bens e no acúmulo de riquezas. A natureza passa a ser concebida como algo externalizado ao homem, o ser capaz de dominá-la... (PIRES, 2003, p. 375).

Porém, a adesão incondicional a essa “Ideologia do Desenvolvimento”, caracterizada por um modelo capitalista de desenvolvimento econômico, acabou gerando sérios problemas ambientais que começaram a se tornar cada vez mais explícitos. O aumento crescente do efeito estufa, a enorme contaminação das águas e dos solos, as ameaças à camada de ozônio, o aquecimento global entre outros, fizeram com que vários cientistas de diferentes áreas do conhecimento passassem a chamar a atenção para esses problemas complexos ligados à própria sobrevivência da espécie humana.

Essa crescente preocupação com a “questão ambiental” provocou a realização de várias conferências internacionais (como as de Founex em junho de 1971 e a de Estocolmo em 1972, dentre outras) que tinham como objetivo discutir a relação entre meio ambiente e desenvolvimento. Nelas foram produzidos alguns documentos como o Relatório de Founex, a Declaração de Estocolmo e a Declaração de Cocoyoc, que apresentavam uma mensagem de esperança com relação a um planejamento e à implementação de estratégias ambientalmente viáveis para promover um desenvolvimento socioeconômico equitativo, fornecendo as bases para o que posteriormente ficou conhecido como Desenvolvimento Sustentável.

O Relatório Brundtland apresentado à Assembléia Geral das Nações Unidas em 1987 é a principal expressão deste modelo de Desenvolvimento Sustentável que tenta conciliar crescimento econômico com preservação ambiental. Ao colocar o meio ambiente e o desenvolvimento como dois lados da mesma moeda e reconhecer o vínculo existente entre pobreza, desigualdade e deterioração ambiental, o relatório coloca a necessidade de promover uma nova era de crescimento econômico em que se passe a levar em consideração os problemas sociais e ambientais. Como consta no próprio Relatório:

Muitas questões críticas de sobrevivência estão relacionadas com desenvolvimento desigual, pobreza e aumento populacional. Todas elas impõem pressões sem precedentes sobre as terras, águas, florestas e outros recursos naturais do planeta, e não apenas nos países em desenvolvimento. A espiral descendente da pobreza e da deterioração ambiental é um desperdício de oportunidades e recursos. De modo especial, é um desperdício de recursos humanos. Esses vínculos entre pobreza, desigualdade e deterioração ambiental foram um dos principais temas em

nossa análise e recomendações. O necessário agora é uma nova era de crescimento econômico – um crescimento convincente e ao mesmo tempo duradouro do ponto de vista social e ambiental. (CMMAD, 1991, p. XIV)

Porém, segundo Pires (2003), o Desenvolvimento Sustentável seria, nessa perspectiva, um conceito que tem matriz no projeto liberal aplicado ao meio ambiente e que surge a partir do fracasso da promessa desenvolvimentista. Para o autor:

Falar em estilo ou modelo de desenvolvimento, como está presente no Relatório Brundtland, é eufemismo para evitar expressões como sociedade capitalista. Da mesma forma como é concebido no Relatório Brundtland, desenvolvimento sustentável supõe uma fé na racionalidade dos agentes econômicos articulados em ações rigorosas de planejamento (que se traduz na ideologia central do modelo de desenvolvimento e das formas de expansão transnacionais do capitalismo em vigor), que compatibilizem interesses tão diversos quanto busca do lucro, lógica do mercado, preservação da natureza e até mesmo justiça social. (PIRES, 2003, p. 379)

A noção de desenvolvimento sustentável como sendo mais uma expressão daquele movimento mais amplo da ideologia desenvolvimentista aderida e almejada praticamente de forma hegemônica pelos países “subdesenvolvidos” (como Truman os classificou) a partir da Segunda Guerra Mundial, ao emergir-se como uma categoria consensual capaz de conciliar desenvolvimento econômico, preservação da natureza e justiça social, abriu caminho para a continuidade do modelo desenvolvimentista que, então, passa a se legitimar contraditoriamente por meio de um artifício semântico que nega e oculta seu sentido real e seus efeitos sobre o meio ambiente.

A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável, ao propor uma política de consenso, capaz de dissolver as diferentes visões e interesses de países, povos e classes sociais, que permeiam o campo conflitivo do desenvolvimento, acaba desativando, diluindo e deturpando o conceito de ambiente. Segundo Enrique Leff,

O discurso do Desenvolvimento Sustentável... simplifica a complexidade dos processos naturais e destrói as identidades culturais para assimilá-las a uma lógica, a uma razão, a uma estratégia de poder para a apropriação da natureza como meio de produção e fonte de riqueza (LEFF,2001,p.25) [Grifos nossos].

Este discurso se apresenta como uma operação simbólica que submete todas as ordens do ser aos ditames de uma racionalidade globalizante e homogeneizante dissolvendo-se,

assim, a possibilidade de divergir diante do propósito de alcançar um crescimento sustentável.

Porém, ao assumir o desenvolvimento (entendido enquanto crescimento econômico) como algo inquestionável, universal e desejável por todos a partir de um “consenso mudo” em torno da sustentabilidade, três tipos de dívidas se tornam explícitas. Segundo Enrique Leff:

Na perspectiva da sustentabilidade não há uma, mas três dívidas. Todas elas surgem do mesmo pecado original, mas levam a diferentes formas de redimi-lo, de saldar o endividado como contrato assumido, e a diferentes formas de tomar posição como devedores do perdido. Isto abre um rombo que se bifurca entre a dor da morte e a luta pela vida, para recuperar o que não devia ter sido alienado – os recursos e as mentes- a via para deixar de ser devedores permanentes do sistema, para bater-se em duelo para recuperar o próprio (LEFF,2001, p.32).

Dáí três dívidas e três posições diante da dívida:

- a) A dívida financeira: assumida ou não assumida, pagável ou não pagável, negociável, refinanciável.
- b) A dívida ecológica: incomensurável, mas capaz de ser revalorizada, internalizada, redistribuída.
- c) A dívida da razão: que abre o caminho do dessujeitamento, da ressignificação, da construção de um desenvolvimento alternativo, fundado numa nova racionalidade produtiva.

Em relação à dívida financeira, Leff afirma que ela aparece como uma perda no jogo do sistema econômico globalizado. Porém, esse jogo não é equânime, há uma clara assimetria de poder permeando as relações entre os “participantes”. Segundo o autor:

Para que haja dívida, os países devedores devem assumir os termos que os engancham como iguais, num jogo desigual, sempre com a promessa de que aprendendo a apostar na roleta da globalização econômica - das vantagens comparativas, da valorização da natureza - certamente se fechará a brecha entre ricos e pobres. Seduzidos pela idéia de eliminação da diferença, os países pobres foram arrastados pelos torvelinhos do capital mundial, pelas artimanhas do capital financeiro. Os países devedores se fascinaram com as miragens do progresso e perderam o jogo. Lançaram-se à perdição na embriaguez do crescimento. Trocaram vida por tequila. O efeito tequila é justamente a desvalorização da vida como sentido e

potência, além do erro de cálculo e da corrupção das finanças. (LEFF, 2001, p.34).

Mas, para Leff, o jogo da dívida não é uma questão moral sujeita a um cálculo estritamente econômico. O que está em jogo não é a dívida financeira do Terceiro Mundo, mas a dívida oculta do Primeiro e Segundo Mundos, ou seja, o hiperconsumo do Norte e a superexploração ecológica do Sul, que provocaram a devastação dos recursos do mundo “subdesenvolvido” que alimentou o desenvolvimento industrial, esvaziando seus potenciais produtivos e deteriorando seus recursos ambientais. (LEFF, 2001). Neste sentido, segundo o autor:

Estas ‘externalidades’ do sistema econômico constituem uma dívida mais profunda, que solapa as bases do desenvolvimento. O subdesenvolvimento não é a condição de atraso na corrida do crescimento econômico, o subdesenvolvimento é o aniquilamento dos potenciais próprios de nossos países para conseguir um desenvolvimento sustentável, diverso como seus recursos ecológicos e suas culturas. A dívida externa é tão-somente um reflexo da dívida das externalidades. (LEFF, 2001, p.36) [grifos nossos].

Para Leff, no entanto, a principal questão gira em torno da dívida da razão, nas palavras do autor:

A dívida financeira poderá ser perdoadada; a dívida ecológica, valorizada segundo parâmetros do mercado, os códigos do capital ou a expressão das forças políticas no mercado ou nos tribunais de justiça. Porém, uma vez saldadas as contas, satisfeitas as demandas e reivindicações, restam seus devedores sujeitos à mesma razão, atados às mesmas causas, no jogo da repartição dos custos e benefícios deixados por uma ordem homogeneizante, unipolar, que dita as normas do comércio, do intercâmbio, da justiça e da equidade. (LEFF, 2001, p.39).

Todas estas dívidas são fruto da mesma racionalidade (Iluminista/Cartesiana) preponderante na modernidade e que vem influenciando diretamente a forma de desenvolvimento e de apropriação social da natureza de vários países ao redor de todo o mundo, independentemente de suas diferenças culturais, sociais, étnicas, econômicas etc.

Com o Brasil não foi diferente. No segundo capítulo pretendemos abordar a maneira pela qual essa “Ideologia do Desenvolvimento (Sustentável)” influenciou e ainda influencia a elaboração e implementação das políticas ambientais nacionais.

CAPÍTULO 2. OS PROGRAMAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO E A POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA

O Relatório Brundtland apresentado à Assembléia Geral das Nações Unidas em 1987 foi o resultado de uma série de seminários sobre “estilos de desenvolvimento” realizados pela ONU devido à crescente preocupação com os problemas ambientais advindos principalmente a partir da adoção, pela maior parte dos países, do modelo capitalista de desenvolvimento econômico.

Estes problemas ambientais, que anteriormente eram considerados problemas apenas dos países ricos e um efeito colateral do processo de industrialização, tornam-se um problema global a partir do reconhecimento de que as conseqüências dos danos ambientais não se restringem a fronteiras artificialmente construídas (Estado Nação).

Para dar conta desta problemática a ONU, com a ajuda de suas Comissões Econômicas regionais, convoca uma equipe composta por técnicos, com especial atenção aos economistas, para produzir um relatório que fornecesse “uma agenda global para a mudança” (CMMAD, 1991). O principal objetivo dessa, que ficou conhecida como, Agenda 21, era criar um modelo de desenvolvimento econômico que levasse em consideração os problemas ambientais e sociais. A adoção de tal modelo seria essencial para mitigar a grande pobreza e os crescentes problemas ambientais do planeta.

O Relatório Brundtland foi o principal documento responsável pela propagação da idéia de “Desenvolvimento Sustentável” que passou a ser visto como uma meta fundamental para todos os países do mundo. Paul Little (2003), após fazer uma análise das políticas ambientais e dos passos a serem seguidos para a plena implementação das propostas da Agenda 21 no âmbito mais restrito do Brasil, afirma que houve notáveis avanços na década de 90 no que diz respeito à colocação de temas ambientais na agenda política nacional, ao crescimento do setor ambiental governamental – tanto institucional quanto financeira – e à promulgação de uma série de leis ambientais; práticas que colocam o país na vanguarda de certas questões ambientais no plano mundial. Segundo o autor:

O crescimento do interesse por esses problemas ambientais coincidiu com o surgimento de novos (ou renovados) movimentos sociais a partir da

segunda metade da década de 70. Na década de 80, houve um fortalecimento desses movimentos mediante sua crescente mobilização social, o que serviu para canalizar o processo da redemocratização da sociedade brasileira depois de duas décadas de governos militares. O movimento ambientalista nacional, nas suas distintas vertentes, participou ativamente desse processo e recebeu o apoio do movimento ambientalista internacional. Além da expansão das vertentes conservacionistas (focalizada na proteção da biodiversidade) e estatista (focalizada no controle da poluição), nessa época surgiu uma nova vertente (a socioambientalista) que conseguiu conjugar as reivindicações políticas e sociais com as de ordem territorial e ambiental (Viola, 1992). Nessa vertente, os seringueiros da Amazônia e o movimento dos atingidos pelas barragens destacaram-se pela maneira com que incorporavam a variável ambiental as suas lutas sociopolíticas. (LITTLE, 2003, p.15).

Little afirma que um dos resultados práticos das múltiplas discussões, pressões políticas e mobilizações sociais em torno da questão ambiental foi a expansão da ação governamental brasileira na área. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a criação do IBAMA em 1989, a transformação da Secretaria de Meio Ambiente em Ministério de Meio Ambiente em 1993 e os diversos programas de financiamento para a área de meio ambiente, muitas dessas reivindicações da sociedade civil foram incorporadas na política ambiental nacional. Segundo o autor:

A consolidação institucional da maneira pela qual o governo deveria tratar as questões ligadas ao meio ambiente, na primeira metade da década de 90, foi seguida pela atualização da legislação ambiental na segunda metade dessa mesma década. Em quatro anos consecutivos, uma importante legislação foi promulgada – Lei de Recursos Hídricos (nº 9.433 de 1997), Lei de Crimes Ambientais (nº 9.605 de 1998), Lei de Educação Ambiental (nº 9.795 de 1999), Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (nº 9.985 de 2000). Essas e outras leis, com várias medidas provisórias, não só normatizaram as ações ambientais no país, mas – o que é mais importante ainda – criaram novos instrumentos políticos e instâncias públicas para sua efetiva implementação. (LITTLE, 2003, p.16).

Com uma visão bastante crítica sobre a forma com que ocorreu essa institucionalização da questão ambiental no Brasil, Zhouri (2008) argumenta que ela foi feita a partir da noção de governança (ambiental), tema que começa a aparecer como uma categoria chave no campo semântico que recobre a discussão sobre desenvolvimento sustentável, alinhada a outras como negociação, participação, parceria, sociedade civil organizada etc. Segundo Zhouri:

De fato, atores como o Banco Mundial, ONGs e empresas utilizam a noção de governança ambiental, assim como a de sustentabilidade, para

implementar projetos muitas vezes distintos, levando-nos a indagar sobre os significados dessa categoria. Com efeito, um significado de governança se destaca nesta seara, qual seja, o que remete à idéia de “gestão”, inscrito na crença em um consenso inerente à noção de desenvolvimento sustentável. Este consenso aposta na possível conciliação entre “interesses” econômicos, ecológicos e sociais, abstraindo dessas dimensões as relações de poder que, de fato, permeiam a dinâmica dos processos sociais. (ZHOURI, 2008, p.1)

Tendo este cenário como pano de fundo, nesse mesmo período houve também a implementação de uma série de “programas de desenvolvimento” pautados pelos ideais de Desenvolvimento Sustentável propostos quando da publicação da Agenda 21 e que, de fato, corroboram com a idéia de governança ambiental criticada por Zhouri. Como afirma Santos et al.:

Em 1999 o governo federal apresentou à sociedade brasileira o programa “Avança Brasil”, anunciado como projeto nacional de desenvolvimento, fruto do “debate com toda a sociedade” e da “análise dos problemas, vocações e potencialidades de crescimento de cada região” do país. O programa, segundo a explanação inicial do presidente da República, pretende ser resposta ao desafio das grandes questões nacionais: redução das desigualdades sociais, diminuição das disparidades regionais, integração nacional e na economia internacional. Enfim, a “busca do Brasil mais justo, com desenvolvimento sustentável”. (SANTOS et al., 2003, p.27)

Para os autores, na formulação conceitual do “Avança Brasil”, três itens merecem destaque. O primeiro deles é o lugar do componente ambiental em um projeto nacional de desenvolvimento; todos os empreendimentos do programa deveriam incorporar este componente em sua formulação e execução. O segundo diz respeito à mudança proposta nos procedimentos de gestão pública, adotando-se a figura do “gestor público empreendedor”, que garantiria um diálogo descentralizado e mais efetivo com as populações atingidas e segmentos diretamente interessados. O terceiro aspecto é a primazia da “participação” que, pela forma como é entendida no documento, serviria muito mais como necessidade de adesão a posteriori aos projetos do que como interlocução na formulação e escolha de prioridades. (SANTOS et al., 2003)⁷

O produto final do processo de planejamento do programa foi a definição de um portfólio de investimentos centrado em grandes obras de infra-estrutura, admitidas

⁷ Importante destacar que todas essas características são consoantes à noção de Governança tal como analisada por Zhouri (2008).

como pré-requisitos para a atração do capital privado nacional e internacional. Segundo Santos et al.:

O ambiente macroeconômico no qual se insere o “Avança Brasil” prevê o ajuste fiscal, elevação do Produto Interno Bruto (PIB) e obtenção de saldos positivos na balança comercial, que, por sua vez, constituem pontos de sustentação da política econômica implementada com o plano real, a partir dos condicionantes determinados pelos últimos acordos com o Fundo Monetário Internacional. (SANTOS et al., 2003,p. 29)

Como resultado da análise destes programas os autores concluem que o “Avança Brasil” caracteriza-se, de fato, por

fundamentar-se em uma visão tradicional de desenvolvimento, com a premissa da construção de grandes obras de infra-estrutura, que tenham grande visibilidade, sem correspondência necessária com as necessidades de qualidade de vida locais ou regionais. A concepção do programa, embora incorpore a linguagem do desenvolvimento sustentável, está ancorada nos conceitos desenvolvimentistas próprios da Revolução Industrial: a transformação do mundo físico, por meio de impactos de grande escala, e a busca de uma produtividade material avaliada por meio de um viés de escala economicista e imediatista. Grandes obras, grandes cidades, futuro megalomaniaco, produção como fator de progresso voltada ao mercado externo. (SANTOS et al., 2003,p. 39)

Mais atualmente, a Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), anunciada oficialmente pelos governos da região no ano 2000; e sua versão nacional, o denominado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado pelo governo federal brasileiro no ano de 2007, também são iniciativas pautadas pelo ideal do Desenvolvimento Sustentável cujo foco está na realização de obras de infra-estrutura, principalmente as ligadas aos setores de transporte (terrestre e fluvial) e energia (barragens e linhas de transmissão).

Segundo Verdum (2007):

Na IIRSA, como no PAC, observa-se haver uma convergência e uma associação de diferentes perspectivas e interesses visando promover e provocar na região sul-americana transformações sociais, políticas e tecnológicas no sentido (i) da constituição de economias industriais de massa; (ii) do crescimento econômico acelerado, puxado pelos setores mais dinâmicos e competitivos; e (iii) de uma maior integração interna dos territórios nacionais, com a incorporação de recursos naturais e populações locais num sistema produtor de mercadorias, seja para consumo interno seja para disputas de espaço no chamado mercado internacional. Na IIRSA

(como no PAC) é dito, complementarmente, que a melhoria na qualidade de vida das populações, particularmente da parcela identificada como a mais *pobre e vulnerável*, é uma das principais prioridades (VERDUM, 2007, p.24)

No orçamento inicial do PAC, estava previsto investimentos que totalizavam R\$ 503,9 bilhões. A maioria dos recursos seria destinado às obras de infra-estrutura, particularmente as da área de infra-estrutura energética, com um orçamento inicial previsto de R\$274,8 bilhões, ou seja, 54,5% do total. A área de infra-estrutura social e urbana contaria com 33,9% do total e a de infra-estrutura de logística com 11,6% do total. Para a geração de energia elétrica, o governo federal previa para 2007 um investimento de R\$ 11,5 bilhões, mais cerca de R\$ 54,4 bilhões no período de 2008/2010, totalizando R\$ 65,9 bilhões. Para a transmissão de energia elétrica, previa-se para o ano de 2007 um investimento de R\$ 4,3 bilhões, mais R\$ 8,2 bilhões no período 2008/2011, totalizando R\$ 12,5 bilhões.⁸

No Brasil, a geração de energia elétrica é essencialmente consequência de aproveitamentos hidrelétricos. O potencial instalável ultrapassa a 280 GW. Dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam que em 2007 haviam 1.616 empreendimentos em operação, com a potência de 98.237.902 Kw. A matriz energética do país deverá continuar sendo predominantemente baseada nos aproveitamentos hídricos, tendo como base o Plano Nacional de Energia 2030, que está sendo formulado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ligada ao Ministério de Minas e Energia. A capacidade instalada de 68.600 MW (2005) deverá crescer para 156.300 MW em 2030. (SANTOS, 2007)

No entanto, o que se deve observar é que todos estes programas não são simplesmente uma listagem de grandes obras a serem implementadas; eles são, antes de tudo, um conjunto de obras baseado em um planejamento, cuja ambição é um projeto específico de desenvolvimento. Segundo Silvio Coelho dos Santos,

a proposta de considerar qualquer projeto de desenvolvimento como uma intenção que contemple simultaneamente interesses econômicos, sociais e culturais de uma comunidade, do município, do estado ou do país é rara. A visão unilinear da 'evolução humana' e o positivismo prevaleceram, e a

⁸ Informações obtidas a partir do artigo de Verdum (2007, p.28) Para maiores detalhes o autor sugere ver: www.bndes.gov.br/conhecimento/liv_perspectivas/10.pdf

idéia de que a humanidade caminha rumo a níveis crescentes de ‘bem estar’ parece estar presente entre a maioria dos administradores públicos e privados. Os ‘apagões’, os bolsões de miséria, a exclusão social, econômica e digital, a crise ambiental parece que não fazem parte do dia-a-dia de nossos administradores e empresários. (SANTOS, 2007, p. 42)

O lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) gerou uma infinidade de debates e previsões prós e contras, com variações derivando da perspectiva adotada e dos interesses motivadores. No âmbito das entidades e movimentos que compõem o chamado “campo socioambiental brasileiro” houve uma grita geral, particularmente pelos possíveis e prováveis impactos ambientais e sociais decorrentes das obras de infra-estrutura e dos investimentos projetados para a expansão da produção dos agrocombustíveis. (VERDUM, 2007)

Na área de legislação ambiental, a polêmica maior se deu em torno da questão do processo de licenciamento ambiental⁹. Este, considerado um dos principais instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, apesar de toda polêmica em torno de sua formulação, representou um passo histórico significativo e de extrema necessidade no que diz respeito à possibilidade de prevenção e de reparação dos impactos sociais e ambientais decorrentes do chamado desenvolvimento (ZHOURI et al., 2005)¹⁰.

Atualmente, considerada como sendo a base normativa do Licenciamento Ambiental e da Avaliação de Impactos Ambientais, a Resolução 001/86 define claramente o forte sentido de planejamento que os estudos ambientais passam a ter nas decisões sobre investimentos públicos e privados, obrigando a sua articulação com as etapas do processo de tomada de decisão empresarial. (RIBEIRO, 2008)

Assim é que, em seu Art.5, a resolução determina que os estudos de impacto ambiental deverão obedecer às seguintes diretrizes gerais:

⁹ O licenciamento ambiental é um procedimento administrativo e trata-se de uma exigência legal (Lei nº7.772, 1980) do Estado em relação a atividades causadoras ou potencialmente causadoras de impactos ambientais.

¹⁰ Apesar de reconhecerem esse avanço institucional, os autores apresentam uma forte crítica ao processo de Licenciamento Ambiental, principalmente ao explicitarem os problemas político-estruturais e procedimentais do mesmo, mostrando como o campo é constituído por posições hierarquizadas e relações de poder muito desiguais. (ZHOURI et al. , 2005)

- (i) Contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto;
- (ii) Identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implementação e operação da atividade;
- (iii) Definir os limites da área de influencia do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza, e
- (iv) Considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade. (CONAMA, 1986, apud RIBEIRO, 2008, p. 7)

A Resolução 001/86 do CONAMA não deixa dúvidas, portanto, quanto ao sentido de planejamento ambiental prévio das atividades sujeitas a licenciamento, considerando também a hipótese de sua não execução a partir de um balanço do custo-benefício socioambiental do projeto. Ao estabelecer essas disposições, o CONAMA disciplina a aplicação do Licenciamento Ambiental e da Avaliação de Impacto Ambiental (EIA/RIMA e AIA) previstos na lei 6938/81 como instrumentos a serem adotados na tomada de decisão quanto às autorizações do Estado, sempre fundamentadas no conhecimento suficiente das restrições que deverão ser consideradas na admissão da viabilidade ambiental, ou não, do empreendimento. (Ribeiro, 2008)

Em uma definição esclarecedora do objetivo do EIA, Paulo Afonso Leme Machado afirma que:

As verificações e análises do Estudo de Impacto Ambiental terminam por um juízo de valor, ou seja, uma avaliação favorável ou desfavorável ao projeto, se constituindo em uma base séria de informação, de modo a poder pesar os interesses em jogo, quando da tomada da decisão, inclusive aqueles do ambiente, tendo em vista uma finalidade superior (APREMAVI, 2005 apud RIBEIRO, 2008, p. 9)

Portanto, toda empresa que pretende construir qualquer empreendimento que possa vir a degradar o meio ambiente é obrigada a produzir os EIA/RIMA. Em Minas Gerais¹¹ esses estudos passam por uma avaliação e concessão de um parecer técnico pela FEAM

¹¹ Vamos focar a atenção em Minas Gerais pois é onde se localiza o empreendimento que será analisado neste trabalho.

– Fundação Estadual do Meio Ambiente – para que, a partir de e com base nesse parecer, o COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental - possa conceder, ou não, três tipos de licença diferentes – LP, LI e LO.

Cabe ressaltar aqui que a partir do ano de 2003, o Governo do Estado provocou a descentralização/regionalização do Sistema Ambiental, “desmembrando” a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) em oito Superintendências Regionais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SUPRAMs), com sedes em cidades-pólo, além da Superintendência da Região Central – Metropolitana, que passaram a ser responsáveis por conceder as Licenças Ambientais para as atividades que se encontram dentro de suas áreas de abrangência territorial.

Nos termos de seu Art. 8, a Resolução 001/86 do CONAMA estabelece que o poder público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças:

- (i) – Licença Prévia (LP) – concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;
- (ii) – Licença de Instalação (LI) – autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante.
- (iii) – Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para operação (CONAMA, 1997, apud RIBEIRO, 2008, p. 12)

Porém, a natureza jurídica da licença ambiental é matéria polêmica, comportando divergências de interpretação pelos especialistas do Direito quanto ao seu poder de

intervenção e decisão sobre as iniciativas de investimento em atividades econômicas (RIBEIRO, 2008).

Conforme Ribeiro, segundo o entendimento de alguns juristas, o ato administrativo do licenciamento ambiental se aproximaria mais de uma licença, no sentido do Direito Administrativo, do que de uma autorização. Como explica o autor:

As diferenças de tal distinção estão relacionadas ao fato de que em se tratando de licença, o administrador, ou seja, o Estado, através do órgão ambiental, estaria sempre obrigado a conceder as licenças solicitadas, desde que os pressupostos legais fossem cumpridos. Vale dizer que o cumprimento de todo o rito processual do licenciamento ambiental, com a elaboração e a apresentação dos estudos ambientais ao órgão licenciador, realização de audiências públicas para apresentação e discussão dos projetos com as comunidades interessadas e eventuais complementações das avaliações técnicas, habilitaria, sempre, o proponente empreendedor à obtenção da licença solicitada, não cabendo, pois, a hipótese da recusa, mesmo que fundamentada, do projeto submetido à análise. Por outro lado, o entendimento jurídico que identifica no licenciamento um ato de natureza própria das autorizações compreende a hipótese da negativa quando as avaliações técnicas e discussões públicas sobre as restrições sócioambientais das atividades sob licenciamento revelem a inconveniência de sua implantação. (RIBEIRO, 2008, p: 15).

O que se tem observado é a predominância do primeiro argumento, ou seja, o que tende a interpretar o ato administrativo do licenciamento ambiental como um direito do empreendedor, desde que seu projeto seja devidamente adequado, mesmo que em fase adiantada do processo de licenciamento, com as medidas de mitigação e de compensação ambientais. Ou seja, nessa percepção – que não admite a hipótese da inviabilidade ambiental de projetos - todos os empreendimentos podem ser executados, sob a condição da implementação de medidas que atenuem e/ou compensem seus impactos socioambientais. (RIBEIRO, 2008).

Se tomarmos por base a análise de alguns autores que se dedicaram ao estudo do processo de licenciamento ambiental em Minas Gerais, vamos perceber que a predominância em enxergar o ato administrativo do licenciamento como um direito do empreendedor está relacionado a um processo mais amplo que envolve a política ambiental mineira como um todo.

Eder Jurandir Carneiro (2005), depois de fazer uma análise da estrutura e do funcionamento do Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais, além de apontar para o processo de “oligarquização” do exercício do poder no Conselho¹², ressaltando a limitação deste enquanto um espaço democrático e representativo da diversidade social, também chama a atenção para o fato de que a política ambiental mineira, na forma com que vem sendo conduzida ao longo dos anos, se resume a um mero “jogo de mitigação”, a onde, por razões estruturais, a interação entre os agentes conduz à formação de um sistema rotinizado de disputas técnico-jurídicas cujo alcance se restringe à definição do grau de rigor mitigatório a ser observado no julgamento de processos de licenciamento ambiental (CARNEIRO,2005). Como afirma o autor:

Em todos os fóruns, o funcionamento rotinizado desse sistema de mitigação impede sistematicamente o ingresso e o sucesso de agentes, concepções, valores e interesses externos ao campo e que não podem ser enquadrados nos termos do jogo. Quando muito, os excluídos (por exemplo, populações cujas formas de apropriação das condições naturais estejam sendo destruídas ou ameaçadas por empreendimentos capitalistas) verão suas demandas, ao serem processadas pelo funcionamento sistemático do campo da “política ambiental”, transfiguradas e anuladas em seus componentes antidóxicos. Resta-lhes a estratégia de influenciar de algum modo o posicionamento dos conselheiros, para obter para si o “melhor resultado possível” de acordo com as regras do jogo do campo, estratégia que, exatamente por isso, acaba por promover o reconhecimento dos resultados e do campo como espaço legítimo em que os agentes “especialistas”, após “democraticamente” considerar as demandas dos “leigos”, decidem legitimamente o que *deve* ser feito. (CARNEIRO, 2005, p. 82).

No entanto, é importante termos em mente que a justiça não é e nem nunca foi neutra. Ela é um espaço de disputas políticas onde a assimetria de poder entre as partes tem uma influência fundamental sobre o resultado do conflito.

Kant de Lima (2008) procura demonstrar que a compreensão das formas de resolução de conflitos pode dar acesso a valores e representações sociais que expressariam características mais gerais de uma sociedade em particular. Segundo ele, a análise desses processos serviria como uma “janela” que possibilitaria enxergar valores e características da sociedade em geral.

¹² O autor vai demonstrar que, ao longo dos anos, a forte tendência à oligarquização do poder nesse campo é consolidada por uma estabilização que não somente restringe a quantidade e a diversidade de agentes participantes mas também fomenta um consenso de conteúdo em torno de fundamentos da ideologia do desenvolvimento sustentável. (CARNEIRO, 2005)

Apesar de, pelo menos no Brasil, termos construído a idéia do “Direito” como uma instância separada da sociedade, como sendo um mundo a parte do mundo social, onde “o que não está nos autos não está no mundo”; Kant de Lima vai tentar demonstrar que o “Direito” é contextualizado; que ele está inserido na sociedade e mantêm com ela uma relação de influência e interdependência. Portanto, estudar o “Direito”, para ele, é estudar a própria sociedade.

Nesse sentido Clifford Geertz (1998) chega inclusive a negar a Antropologia do Direito enquanto uma subdisciplina. Para este autor, ela nada mais é do que o estudo cultural de uma sociedade a partir do “Direito”; ou seja, é a própria Antropologia. Ainda segundo Geertz, a própria descrição do fato no processo de construção do caso por parte dos diferentes atores envolvidos no processo de resolução de um conflito já é uma representação de como o mundo é, ou pelo menos deveria ser, organizado. Ou seja, é uma “visão de mundo”.

Com isso Geertz acredita que o antropólogo, ao fazer a sua etnografia, deve buscar entender o que ele chama de “sensibilidade jurídica”; que seria a maneira pela qual as instituições “legais” de determinada sociedade traduzem a linguagem do “se - então” (imaginação) na do “como – portanto” (descrição) (Geertz, 1998).

O “se – então” que está ligado ao plano ideal, seria a normatização do funcionamento do “cosmos”; da nossa “cosmo visão”; de como a sociedade acredita que deva funcionar o mundo. Já o “como – portanto” seria o fato em si; um caso concreto.

Nesse sentido, assim como Kant de Lima, Geertz acredita que o “Direito” é mais que um processo de resolução de disputas; ele é, ou pelo menos reflete, uma “visão de mundo”. Analisado a partir deste ponto de vista, o licenciamento ambiental seria mais que uma política deliberativa de regulação pública de atividades ditas degradadoras; na medida em que as representações simbólicas do meio ambiente, seu uso e destinação são ali disputadas, o processo de Licenciamento ambiental poderia ser visto como um espaço de disputa pela apropriação social da natureza (Leff, 2001).

Segundo Leff, os conflitos e estratégias de poder pela apropriação da natureza estão determinando as formas sociais sancionadas e legitimadas de acesso e uso dos recursos naturais (LEFF, 2001). Mas, para Zhouri:

Todo esse processo, no entanto, é marcado por conflitos que sublinham, no ‘campo da política ambiental’¹³, uma luta incessante pela apropriação da natureza. Nesse campo, materializado pelo processo de licenciamento, sobretudo em sua instância decisória – o COPAM, encontram-se em posições distintas e assimétricas os órgãos ambientais, empreendedores, ONGs, movimentos sociais e, finalmente, as comunidades atingidas. Por isso é que a análise empírica das lutas e dilemas travados no campo da política ambiental torna-se pertinente e relevante, uma vez que, se, de um lado, o COPAM se apresenta como espaço mediador de conflitos, por meio de leis e normas deliberativas, de outro, o que se observa, na prática, são implicações políticas e conseqüências socioambientais negativas decorrentes das dinâmicas aí verificadas. (ZHOURI et al, 2005, p. 94).

Com isso, apesar de todo o procedimento que envolve a concessão de licenças ambientais, pelo menos no discurso (que é característico do “Ideal de Desenvolvimento Sustentável”), tentar promover um espaço aberto para que as partes envolvidas construam os seus argumentos e expressem suas interpretações da realidade (o que de fato é bem complicado tendo em vista a grande assimetria de poder existente entre os envolvidos no processo), o resultado final da disputa já está dado de antemão. O que se vai negociar de fato são os projetos de mitigação e de compensação que, muitas vezes, nem contemplam a interpretação/reivindicação dos atingidos. Muitas vezes os projetos compensatórios são pautados apenas a partir da “visão de mundo” que guia a lógica dos técnicos sem levar em conta as questões abordadas pelos atingidos.

Essa “visão de mundo” preponderante parece ser a expressão de uma sensibilidade jurídica que está estritamente ligada a uma maneira de interpretar o mundo que coloca o desenvolvimento econômico como algo, não só indiscutível – não dando espaço pra outras formas de conceber o meio ambiente e a própria noção do que seja desenvolvimento – mas também desejável. E desejável por todos, inclusive pelos atingidos.

¹³ Segundo a autora, o conceito de “campo” – de forças ou de lutas – desenvolvido por Bourdieu (1993[1972]) inspira esta reflexão.

A análise dos problemas estruturais e procedimentais do licenciamento ambiental já foi feita por diversos autores.¹⁴Eles nos chamam a atenção para o fato de que estes problemas “resultam no controle territorial por uma pequena elite econômica e política da sociedade, em detrimento de uma diversidade de formas de se conceber e utilizar o meio ambiente, representadas por seguimentos sociais distintos e não-hegemônicos” (ZHOURI, 2005, p.94).

Porém, muito pouco material foi produzido a respeito do que de fato é negociado no processo de licenciamento¹⁵, ou seja, as políticas de mitigação e de compensação propostas pelos empreendedores. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo compreender a forma como o processo de reparação foi construído, implementado e como, hoje, ele é percebido pelos atingidos.

Para isso iremos analisar as questões referentes ao processo de construção de uma Usina Hidrelétrica na região do Campo das Vertentes, região Sudeste do estado de Minas Gerais – a UHE Funil.

¹⁴ Para isso ver: Zhouiri (2005) e Franklim Rothman (2008) entre outros.

¹⁵ Para uma análise detalhada de todo o processo de concessão das Licenças Ambientais de uma hidrelétrica, no caso da Usina de Irapé, ver Zucarelli (2006).

CAPÍTULO 3. A USINA HIDRELÉTRICA DO FUNIL

3.1 Características do Empreendimento

Inicialmente planejado como um empreendimento particular tendo em vista o interesse em auto-geração das empresas Mineração Rio Novo e Companhia Ferroligas de Minas Gerais – Minasligas, decorrente da preocupação destas com a grande demanda de eletricidade inerente aos processos industriais adotados pelas mesmas, o consórcio empreendedor era composto, além das duas empresas supracitadas, também pela Construtora Andrade Gutierrez S.A. Na década de 90 as empresas iniciaram os Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), conseguindo em dezembro de 1994 a concessão, por parte do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), da Licença Prévia (LP) do empreendimento.

No ano de 2000, através da resolução nº 215, a ANEEL estabeleceu à CEMIG detentora da concessão, ficando também responsável pela apresentação do contrato de Constituição do novo Consórcio Empreendedor. Em 15 de junho do mesmo ano o Consórcio passou a ser constituído pela mineradora VALE com participação de 51% e pela CEMIG com 49% da participação, através da transferência de cotas do Consórcio Empreendedor anterior, passando a ser denominado Consórcio AHE FUNIL. Hoje o empreendimento possui a Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO), obtidas junto ao COPAM. ¹⁶No entanto, como mencionado anteriormente, a LO venceu no ano de 2006 e o consórcio, desde então, está tentando obter a renovação da mesma, processo que ainda se encontra em análise e até hoje está arquivado no Estado.

O eixo da Usina Hidrelétrica de Funil situa-se na divisa entre os municípios mineiros de Perdões e Lavras, inundando, também, parte dos municípios de Bom Sucesso, Ijaci, Itumirim e Ibituruna. As comunidades de Pedra Negra e Ponte do Funil ficaram submersas e Macaia foi parcialmente afetada (cerca de 60%) tendo sido relocados somente os moradores que ocupavam as faixas mais próximas da calha original do rio.

¹⁶ Disponível em: < <http://www.ahefunil.com.br/home/institucional/historico.htm> > .Acesso em: 09/08/2010

Para o presente trabalho, vamos focar os estudos na comunidade da Ponte do Funil. Como apresentado na introdução, a escolha pela análise dos processos referentes especificamente a esta comunidade se deu pelo fato de possuir parentes que moravam e que ainda moram na comunidade, o que pode facilitar o trabalho de campo. Além disso, o conhecimento da realidade vivida antes do enchimento do reservatório também pode propiciar uma melhor compreensão do processo de mudança ocorrido com a transferência da comunidade para um novo local.

3.2 A Comunidade do Funil

Conforme informações obtidas através do Projeto de Planejamento e Apoio ao uso Turístico do Reservatório Artificial da UHE Funil e de seu entorno:

Segundo informações do Jornal A Ponte, a história da comunidade da Ponte do Funil se confunde com a de Lavras. Segundo dados de uma pesquisa da Fundação Educacional de Lavras, o município teria se formado na área onde se localizava a comunidade de Ponte do Funil, onde posteriormente foi construída a ponte do Funil. Sua construção foi iniciada em 1844, a onde o rio Grande mais se estreitava, sendo que a conclusão ocorreu em 1869. Em 1906, porém, uma enchente destruiu a ponte de madeira não resistindo à força das águas. Após dois anos foi reconstruída uma ponte em estrutura metálica importada da Europa. Durante décadas a Ponte do Funil foi uma referência para a região. O local era utilizado como importante ponto de encontro (bar) e de pesca.¹⁷

Nos EIA/RIMA do empreendimento há várias referências à Ponte do Funil, não só reconhecendo o seu valor histórico e cultural, mas também como sendo um dos locais de lazer mais frequentados da Área Diretamente Afetada. Conforme consta no EIA:

Um dos locais de lazer mais frequentados da Área Diretamente Afetada é justamente a mencionada ponte, cuja cachoeira de mesmo nome, está ligada à história do município de Lavras. Situa-se a 10km da sede municipal, a montante do futuro barramento.

Tendo-se aí construído os caminhos de penetração das Minas Gerais, desde o final do séc. XVII tem-se notícia da presença de bandeirantes no local, quando teria sido erigida uma capela na então chamada Colina do Pousado do Funil, em homenagem a Santana, pelo não afogamento de um dos integrantes da bandeira de Bartolomeu Bueno.

¹⁷ Projeto de Planejamento e Apoio ao Uso Turístico do Reservatório Artificial da UHE Funil e de seu entorno. Mercatto Ambiente e Articulação. Dezembro/2003.

A população da região não só tem conhecimento como também se orgulha de sua história.¹⁸



Ponte de Funil¹⁹

Outro fato relevante é a importância da Pesca neste trecho do Rio Grande, também mencionado no EIA:

Muitos ranchos de pescaria são encontrados próximos a ela e ao longo do trecho não barrado do rio Grande. Além da pesca nestes ranchos, as praias próximas à Ponte do Funil são muito utilizadas para prática da pesca amadora. O rio Grande, entretanto, após o advento das barragens de Camargos, Itutinga e Furnas, já não apresenta a diversidade ictiofaunística relatada por histórias de pescadores que pegavam Jaús de 100 kg.²⁰

Existiam alguns bares próximos à área da antiga Ponte do Funil que eram voltados principalmente aos turistas que vinham pescar e se divertir nas praias do local. Eram

¹⁸ Estudo de Impacto Ambiental – Volume IV – Diagnóstico Meio Sócio-Econômico. Parte 1/3. Intertechne/Leme Engenharia. 1992.

¹⁹ Foto tirada em 2002 por Alessandro, um atingido pela construção da UHE Funil. Foto disponível em: < <http://www.panoramio.com/photo/2150404> >.

²⁰ Estudo de Impacto Ambiental – Volume IV – Diagnóstico Meio Sócio-Econômico. Parte 1/3. Intertechne/Leme Engenharia. 1992.

esses mesmos proprietários que compravam o produto do trabalho dos pescadores, inclusive profissionais, que atuavam na área.

Na Comunidade do Funil moravam aproximadamente 40 famílias que tinham a pesca e o turismo como as principais fontes de renda. Além da pesca, as atividades agropecuárias desenvolvidas nas propriedades referiam-se basicamente ao cultivo de produtos alimentares voltados para a subsistência.

Hoje, após a formação do reservatório da UHE do Funil, a realidade do povoado se transformou drasticamente. Acostumados a viver no meio rural, a comunidade se viu obrigada a adaptar-se a um novo local, este, com características tipicamente urbanas. O conjunto urbano de Nova Ponte do Funil foi construído como nova aglomeração às margens da represa gerando contato direto com a orla.



Comunidade da Nova Ponte do Funil (Mercatto Ambiente e articulação, 2003)²¹

²¹ Foto presente em um anexo do Projeto de Planejamento e Apoio ao Uso Turístico do Reservatório Artificial da UHE Funil e de seu entorno, de autoria da Mercatto Ambiente e articulação, em dezembro de 2003.

3.3 Projetos de Compensação propostos pelo Consórcio Empreendedor

Sempre que ocorre a construção de uma Usina Hidrelétrica, o empreendedor se vê obrigado a mitigar os riscos causados por suas atividades e a compensar as perdas sofridas pela população atingida.

No caso da UHE Funil, como decorrência do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), elaborado para atender as exigências previstas para o licenciamento ambiental do empreendimento, foram apresentados no Plano de Controle Ambiental (PCA), uma série de programas e projetos com o intuito de mitigar e compensar os danos causados pela usina. O Programa de Reativação Econômica foi apresentado como uma alternativa de renda às famílias deslocadas e foi elaborado em parceria com a Empresa de assistência técnica e extensão rural de Minas Gerais- EMATER/MG e o SEBRAE/MG, nas regionais de Lavras. Como consta no site do consórcio empreendedor:

O Programa de Reativação Econômica é uma ação do Consórcio AHE Funil que tem por objetivo oferecer alternativas de geração de renda às famílias deslocadas pelo empreendimento hidrelétrico. Temos como premissa básica o trabalho organizado de forma coletiva, atendendo a grupos de moradores que se organizaram de forma espontânea em torno dos mesmos interesses de atividades.²²

Inicialmente as propostas consistiam em incentivar o turismo rural e desenvolver e ampliar os programas “Frutilavras” e “Despertar” que já estavam sendo praticados em outros locais na região de Lavras. O primeiro se refere a um programa para o desenvolvimento da fruticultura no município e o segundo é um projeto de extensão para o empreendedorismo voltado à comunidades de baixa renda desenvolvido pelo SEBRAE/MG.

O programa Frutilavras se desenvolveu a partir da ação conjunta de diferentes instituições como EPAMIG, EMATER-MG, UFLA, SEBRAE-MG, Sindicato dos Produtores Rurais, Cooperativa Agrícola Alto Rio Grande e Prefeitura Municipal de Lavras, e tem por objetivo colocar a fruticultura como uma alternativa na geração de

²² Disponível em:
< http://www.ahefunil.com.br/home/meio_ambiente/projetos_reativ_economica_agricultura.htm >.
Acesso em: 09/08/2010

emprego e na melhoria da capacidade de renda da pequena propriedade rural da região de Lavras.

O programa até chegou a se concretizar na comunidade da Nova Ponte do Funil, principalmente a partir da criação da Associação dos Agropecuaristas da Ponte do Funil - AGROFUNIL. De acordo com o site da AHE FUNIL:

A associação é formada por 13 membros que demandaram ao Consórcio AHE Funil as condições para desempenhar as atividades no setor de agricultura. A proposta para a reativação da agricultura na Ponte do Funil, discutido e aprovado pelos participantes, consistiu no arrendamento de uma área de 11,5 ha adjacente à comunidade para o cultivo de Maracujá dentro do programa Frutilavras.²³

O cultivo do Maracujá inicialmente era feito de forma coletiva, mas posteriormente essa forma de organização se mostrou ineficiente passando-se a utilizar um modo de produção individual. Como consta no Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental- RADA:

Desde o início o projeto tinha como pressuposto o trabalho coletivo, organizado na forma de mutirões, o que fazia com que todos trabalhassem o mesmo número de horas na lavoura e conseqüentemente dividissem o lucro igualmente ao final da colheita. Embora inicialmente esse regime de trabalho tenha funcionado, desavenças pessoais, muitas vezes anteriores ao projeto, fizeram com que vários participantes não se dedicassem de forma equiparada aos demais, o que acarretou uma primeira colheita não muito boa.²⁴

Porém, em entrevista a um membro da associação, este relata as incertezas provocadas pelo processo de mudança para um novo local e as dificuldades de trabalho enfrentadas nessa nova realidade, mostrando que os problemas são um pouco mais complexos:

Olha, a gente chega aqui meio perdido, meio perdido, sem saber, porque a vida inteira você planejou uma coisa que você ia fazer, você ficava sonhando lá na frente eu vou fazer aquilo, e de repente você tem que mudar toda a sua vida, começar do zero, sem saber nada, nossa, agente ficava doido correndo atrás de serviço, porque é uma mudança doida, graças a Deus o consorcio deu uma cesta básica que foi ajudando nós, deu ai esse apoio da associação, mas a associação é muito difícil, a associação é o trem mais complicado que existe, porque você mexer com turma é muito difícil,

²³ IDEM

²⁴ Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA) – Consórcio AHE Funil – UHE Funil – Empresa Ecodinâmica Consultores Associados Ltda. 2006

um vai e presta serviço, o outro não vai, você trabalha mais o outro trabalha menos, ai é difícil demais... (S.- membro da Agrofunil, setembro de 2010)

O plantio começou em janeiro de 2004 e o início da colheita em meados de novembro do mesmo ano. Em 2005 a Agrofunil passou a receber os recursos diretamente e decidiram modificar a organização do trabalho para a divisão em lotes individuais, executando de forma individual as atividades.

Além disso, resolveram também mudar o plantio, deixaram o maracujá e começaram a plantar eucalipto, segundo um membro da associação houve um tempo em que kilos de maracujá foram perdidos porque a Frutilavras não comprou os mesmos por terem sido produzidos mais cedo do que os demais. Conforme relata um membro da associação:

Nós foi plantando maracujá, mas só que depois não deu pra nada, o consórcio prometeu dar maquinário pra nós e tudo mais, mas não deu nada, deu apoio, mas maquinário não deu, ai nos resolveu largar o maracujá. Aí nós plantou eucalipto, chegamos a plantar milho mais não deu certo, ai plantamos eucalipto, só que agora eles que que nois planta maracujá de novo, porque tem ai a industria da Frutilavras, então eles querem que agente planta maracujá, mas o maracujá, se agente for depender só do maracujá pra viver não dá, não tem condições, o maracujá dá muito serviço e chega no final do mês você depende de uma renda, você tem que ter uma renda porque senão como é que faz? Aí nós foi desanimando por causa disso... (S.- membro da Agrofunil, setembro de 2010)

Como falou outro membro da associação: “a reativação econômica só dá trabalho e não dinheiro”. Porém, apesar dos problemas o plantio de eucalipto parece ter agradado um pouco mais os associados já que ele dá trabalho só no começo e depois que cresce não exige muitos cuidados por parte de quem planta, deixando o tempo livre para que os associados possam se dedicar a outras atividades para completar a renda.

Em relação ao programa Despertar, ele foi questionado pela FEAM durante o processo de licenciamento ambiental. Conforme um pedido de complementação ao PCA proposto pelo órgão:

Por outro lado, o projeto DESPERTAR do SEBRAE-MG parece ser mais apropriado para populações residentes em áreas urbanas com o propósito de capacitá-los a desenvolver “pequenos negócios” no setor de atividades

terciárias das cidades, uma vez que as experiências referem-se às cidades (Belo Horizonte e Lavras).²⁵

Nesse sentido, mesmo considerando a longa experiência do SEBRAE – MG, a FEAM, à época, considerou que:

A aplicação exclusiva do Projeto DESPERTAR como proposta de reativação e substituição das atividades associadas de lazer, turismo e pesca que serão suprimidas na área da UHE FUNIL não é suficiente, nem contempla a mitigação de impactos identificados nos estudos ambientais.²⁶

Um dos problemas relativos ao Programa de Reativação Econômica proposto pelo consórcio empreendedor era que inicialmente ele não contemplava a atividade de pesca, que era considerada, inclusive no EIA/RIMA do empreendimento, como uma das principais atividades na antiga Ponte do Funil. Em carta do dia 27/10/2000, endereçada à Associação dos moradores da Ponte do Funil, os pescadores explicitam suas reivindicações:

Gostaríamos também de solicitarmos a todos que olhasse e ajudasse-nos a lutar pela nossa classe (a dos pescadores). Como é de conhecimento de todos, a pesca neste trecho do Rio Grande é considerada proibida e em determinado tempo até ilegal. Mas, apesar de tudo isso, muitas pessoas e até famílias inteiras foram ou estão sendo sustentadas pela renda advinda da pesca, ou do turismo que se gera em torno dela. Por tudo isto podemos dizer que hoje a pesca é uma atividade de subsistência para muitos (devemos insistir nesta tese). Por isto gostaríamos de que na vossa pauta de reivindicações, não esquecêssemos da nossa classe. Esperamos que possamos sermos entendidos e compreendidos por todos.²⁷

Em reunião do dia 11/06/2001 o consórcio se compromete a elaborar um programa com ações que proporcionem aos membros da Comunidade do Funil o desenvolvimento de suas atividades econômicas, voltado para a “vocação natural daquelas pessoas no campo da pesca, agropecuária e atendimento do público visitante no lazer e turismo, com vistas a lhes proporcionar condi es econômicas de trabalho no local.”²⁸

²⁵ Projetos 122/92 Vol.14 e 7,8,9 2001- Ressarcimento de Meeiros, Agregados e Empregados. Complementa o ao PCA Proposta pela FEAM

²⁶ Projetos 122/92 Vol.14 e 7,8,9 2001- Ressarcimento de Meeiros, Agregados e Empregados. Complementa o ao PCA Proposta pela FEAM

²⁷ Ata de reunião ocorrida no dia 11/06/2001. Presente no EIA

²⁸ Carta que consta no anexo 46^a 53 volume 12/14 do EIA.

Como consta no Relatório apresentado pela empresa Ecodinâmica, presente no RADA, relativo à atividade pesqueira no local:

A comunidade de Ponte do Funil é diferenciada em relação às demais principalmente porque a maioria de sua população tinha como meio de ocupação, renda e subsistência a atividade de pesca. Por isso, o Consórcio está desenvolvendo um projeto para a reativação dessa atividade junto à comunidade.²⁹

É interessante observar que até março de 2003, cinco meses após o enchimento do reservatório, ainda não tinha sido elaborado o Programa de Reativação Econômica e Apoio ao Produtor Rural de forma completa. Somente no dia 29 de outubro de 2003 que é criada a Cooperativa de Pesca da Ponte do Funil – COOPERFUNIL, composta inicialmente por 20 integrantes que receberam capacitação cooperativista.

Segundo informações disponibilizadas no site do Consórcio AHE FUNIL:

A criação da COOPERFUNIL foi a resposta encontrada para a reestruturação da atividade de pesca na Ponte do Funil. Tradicionalmente a região em que se situa a comunidade relocada era um ponto de grande volume de pescado devido ao afunilamento do Rio Grande naquele ponto e às corredeiras formadas.³⁰

No mês de fevereiro de 2004 foram fornecidos materiais e equipamentos para a pesca profissional à Cooperfunil, entretanto, segundo informações obtidas “in loco” pela empresa Ecodinâmica e apresentada no supracitado relatório, as medidas mitigadoras adotadas ainda não eram satisfatórias para manter a renda dos pescadores. Além disso, como consta no relatório:

De acordo com os entrevistados, os custos de produção como gasolina para o motor de embarcação e o custo de oportunidade em relação a outras ocupações informais não lhes possibilita ocupar-se da pescaria em tempo integral. Como se sabe, os reservatórios de barragem criam condições de pesca diferentes das que se verificam nos rios. Os pescadores tinham como hábito pescar no Rio Grande com redes sem chumbo e bóias. No lago, a

²⁹ Presente no: Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA) – Consórcio AHE Funil – UHE Funil – Empresa Ecodinâmica Consultores Associados Ltda. 2006

³⁰ Disponível em:
< http://www.ahefunil.com.br/home/meio_ambiente/projetos_reativ_economica_pesca.htm > . Acesso em: 09/08/2010.

ausência desses acessórios faz com que as redes fiquem fixadas de forma incorreta permitindo a fuga dos peixes.³¹

Apesar dessas observações, as dificuldades durante o processo de consolidação da Cooperfunil foi creditada ao então presidente:

Durante a primeira gestão da Cooperativa, que durou de novembro de 2003 a março de 2005, não foram obtidos grandes sucessos na execução de suas atividades devido à concentração das decisões de forma quase exclusiva nas mãos do então presidente. Assim, houveram várias decisões de forma autônoma, que extrapolavam sua capacidade de gestão enquanto presidente, principalmente no que se refere ao uso de equipamentos e gastos dos recursos da instituição.³²

Em 2004, após palestra sobre a nova legislação de pesca, foram passados os equipamentos necessários para a execução da pesca profissional em lagos e rios, e em junho do mesmo ano foram iniciadas as obras de construção do Centro de Beneficiamento do Pescado – CBP com a finalidade de processar o pescado advindo dos filiados da cooperativa.³³

Mais recentemente, por iniciativa da própria Cooperfunil, foi estabelecido uma parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA) para a implementação da piscicultura na comunidade da Nova Ponte do Funil. Contando com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPQ, o projeto garante a implementação de tanques-redes e o custeio do primeiro ciclo de produção.³⁴

Além da Agrofúnil e da Cooperfunil o Projeto de Reativação Econômica também possibilitou a criação da Associação dos Artesãos Banbuzeiros que contou com a capacitação dos seus membros em técnicas de artesanato possibilitando a comercialização dos produtos em feiras locais. Este projeto é considerado bastante promissor pelo consórcio empreendedor que enxerga nele uma boa possibilidade de geração de renda.

³¹ Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA) – Consórcio AHE Funil – UHE Funil – Empresa Ecodinâmica Consultores Associados Ltda. 2006

³² IDEM

³³ IDEM

³⁴ Disponível em:

< http://www.ahefunil.com.br/home/meio_ambiente/projetos_reativ_economica_artesanato.htm > Acesso em: 09/08/2010

É curioso observar que a implantação de projetos voltados para a realização de trabalhos artesanais com bambu é muito utilizado nos programas que procuram criar alternativas de renda para populações locais que tiveram suas práticas tradicionais prejudicadas de alguma forma. Ao que tudo indica esta prática parece sugerir uma padronização que remete a um modelo de planejamento abstrato e homogeneizante que muitas vezes desconhece as pessoas e as especificidades do lugar, apresentando-se de forma totalmente desconexa à cultura local.³⁵

No entanto, para os objetivos deste trabalho, a nossa análise vai se restringir ao grupo de pescadores e no projeto de compensação proposto para os mesmos, tendo em vista o fato de que, como argumentado anteriormente, geralmente são um dos grupos sociais mais prejudicados, não só economicamente, mas no seu modo de vida em geral, com a construção de usinas hidrelétricas.

Para podermos entender um pouco melhor o processo de mudança ocorrido com os mesmos, se faz necessário uma breve caracterização do que venha a ser o Pescador Artesanal, o que faremos no próximo capítulo, já apresentando também o estudo de caso com os pescadores do Funil.

³⁵ Para uma análise do processo de criação de uma bambuzaria em Simonésia ver Paraíso (2005).

CAPÍTULO 4. DO DOURADO À TILÁPIA, DO PESCADOR AO PISCICULTOR

4.1 O pescador artesanal e o processo de extinção da categoria

De acordo com a lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, no seu Capítulo IV, Seção I, Art. 8º, a pesca é classificada como:

- I. Comercial:
 - a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;
 - b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regimes de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial;

- II. Não Comercial:
 - a) científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica;
 - b) amadora: quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto;
 - c) de subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica;

O tipo de pesca que mais nos interessa aqui é a que se refere às práticas comerciais e que dizem respeito à pesca artesanal, e a que se refere à prática não comercial de subsistência. No entanto, cabe ressaltar que apesar da lei supracitada separar os pescadores artesanais dos pescadores de subsistência, na prática as duas situações coexistem, não são de forma alguma excludentes. Como afirma Valencio (2007):

Há, ainda, no ser *profissional* (que é diferente do comercial, em termos práticos), a peculiaridade de associar a extração para fins comerciais com aquela para fins de subsistência, isto é, embora a legislação faça distinção entre tais finalidades, em termos práticos, elas estão imbricadas, sobretudo – mas não só- como excedente não comercializado. Assim, conta-se como

fonte de proteína animal para a família do pescador o peixe que ele captura, o que não passa ao largo das relações mercantis em que este trabalho está inserido, mas é parte constituinte das mesmas. (VALENCIO, 2007, p.5)

A escala de produção, pequena, assim como a destinação do peixe – em parte para a subsistência, em parte para o comércio, em regime de economia familiar – também são elementos definidores da pesca profissional artesanal. (DIEGUES, 2002 apud VENTURATO, 2008, p. 48)

Ao longo de todo litoral brasileiro e nas águas interiores do país, encontramos diversas pessoas, e até famílias, que têm na pesca artesanal o exercício de uma atividade na qual se mesclam as condições objetivas de sua reprodução, como o acesso à alimentação e renda, com condições subjetivas, como o conhecimento tradicional sobre o meio natural e o trabalho fortemente condicionado por dinâmicas ambientais. (PASQUOTTO; MIGUEL, 2004)

As características essenciais da pesca estão associadas à forma de aquisição do conhecimento e desenvolvimento de habilidades para o exercício da profissão, que são transmitidos pela tradição.

Antonio Carlos Diegues (1995) vê a questão da tradição como parte constituinte da pesca artesanal, colocando o conhecimento tradicional como fator essencial para balizar as práticas de extração de peixes nativos de vários ecossistemas distintos como os rios, lagos e oceanos. Conforme o autor:

A questão da tradição está relacionada também ao cerne da própria pesca artesanal: o domínio do saber-fazer e do conhecer que forma o cerne da “profissão”. Esta é entendida como o domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem ao pescador se reproduzir enquanto tal. Esse controle da “arte da pesca” se aprende com “os mais velhos” e com a experiência. (DIEGUES, 1995, p.35).

Além da questão da tradição, outro aspecto fundamental para se compreender o trabalhador da pesca é entender a relação que o pescador estabelece com o meio ambiente ao qual está inserido e a influência deste sobre o seu trabalho. Como afirma Valencio et al (2003):

O ato de capturar o peixe como principal meio de sustento da família está associado tanto à aguda percepção ambiental deste trabalhador, que vivencia o cotidiano do rio e dos que dele dependem, quanto à sua capacidade de elaborar os meios de produção próprios a essa extração e de desenvolver técnicas corporais peculiares no manejo dos petrechos. Na pesca, a jornada de trabalho é descontínua, posto que o ritmo é ditado pela natureza: a hora de sair, de colocar a rede e recolhê-la, ou de jogar a tarrafa, não é desígnio direto das relações sociais, mas do comportamento dos peixes. O saber tradicional sobre os processos ecossistêmicos envolvidos na atividade é, portanto, condição *sine qua non* para a existência do próprio pescador. Isso faz com que este conheça as condições do rio momento a momento. (VALENCIO et al., 2003, p. 273).

Os pescadores possuem um profundo conhecimento acerca da estrutura e dinâmica do ecossistema ao qual estão inseridos, sabem exatamente quais os tipos de ambientes propícios à vida de cada espécie de peixes existentes naquela região, conhecem o hábito, o comportamento e a classificação dos peixes, sabem manejar os instrumentos de pesca com propriedade, conseguem identificar os melhores pontos de pesca, em fim, possuem total domínio sobre o meio em que vivem e do qual depende a sua existência enquanto pescador. (DIEGUES, 1983 e 1995).

No entanto, além da perspectiva ambiental em que a atividade se realiza, há a questão do conjunto social identificável com a ocupação. Segundo Valencio et al (2003), um dos maiores problemas relacionados aos estudos sobre a pesca profissional artesanal, está na identificação do conjunto de trabalhadores que a representa, pois não se pode tomar automaticamente a categoria por aqueles que estão institucionalizados.

Na realidade, dentro da categoria de pescadores artesanais que fazem da atividade da pesca sua principal fonte de renda, podemos encontrar dois subgrupos básicos, classificados pelos autores da seguinte maneira:

- a) Aqueles que exercitam a profissão e estão devidamente cadastrados na Delegacia Federal de Agricultura³⁶ e/ ou nas colônias/associações de pesca, que podem mediar o registro do trabalhador nesse órgão.
- b) Aqueles que não estão cadastrados nas colônias de pesca ou em quaisquer órgãos competentes, mas exercitam a atividade com

³⁶ Com a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em Ministério da Pesca e da Aquicultura em junho de 2009 (lei 11.958), os pescadores passaram a ser cadastrados neste Ministério.

regularidade e como principal fonte de renda da família. São os chamados pescadores clandestinos. (VALENCIO et al.; 2003,p.274)

É importante destacar que há, também, aqueles pescadores que estão cadastrados nas Colônias/associações de pesca, mas que são, na verdade, pescadores amadores, que não fazem da pesca o seu principal meio de vida e que tentam o cadastramento junto aos órgãos competentes com o intuito de usar equipamentos permitidos apenas aos pescadores profissionais e até mesmo para receber o salário-desemprego (no valor correspondente ao de um salário mínimo) pago através do INSS na época de defeso³⁷.

A pesca amadora, em que é exercida com fins de lazer ou desporto, também deve ser levada em consideração uma vez que, ainda que sua atividade seja permitida por lei, muitas vezes entra em conflito direto com os pescadores artesanais. Segundo Valencio (2007):

Não se pode falar da pesca profissional como captura de peixe silvestre sem reportar-se à pesca amadora, que se amplia no afã da mesma captura – pouco importa se levando os espécimes capturados consigo, para quaisquer fins, ou devolvendo-os, feridos, aos rios – e tem domínio dos mesmos territórios onde o trabalhador da pesca, na sua canoa, tem logrado obter o seu sustento. (VALENCIO, 2007, p. 102).

Sandro A.T. de Mendonça, analisando os conflitos de territorialidade existentes entre o turismo, da pesca amadora, e a pesca profissional artesanal no Alto-Médio São Francisco aponta para a mercantilização e banalização do lugar e da população em questão. Segundo o autor:

O processo de planejamento, implantação, e operacionalização dos empreendimentos turísticos da pesca amadora estão provocando impactos sobre a fauna e a flora – em especial aquelas relacionados aos usos múltiplos das águas –, e sobre a vida das pessoas – em especial a exclusão social gerada ao privar as pessoas do território e das relações sociais em que

³⁷ Período em que a pesca passa a ser proibida com o intuito de garantir a reprodução dos peixes. O seguro-defeso é pago somente aos pescadores profissionais devidamente cadastrados no órgão competente, porém, a fiscalização para garantir se todos os cadastrados são realmente pescadores profissionais que têm na pesca o seu principal sustento é muito difícil. Em 2004 houve um escândalo devido à “proliferação” de carteiras de pescador profissional que eram feitas sem muitos critérios e sem nenhuma fiscalização, depois do escândalo a fiscalização passou a ser maior e os problemas parecem ter diminuído.

se baseiam a reprodução dos meios naturais e tradicionais de subsistência. (MENDONÇA, 2004, p. 285).

Não podemos considerar o pescador artesanal fora do contexto em que está inserido, há diversos fatores ocorrendo na sociedade que influenciam diretamente o exercício de sua atividade. Além da concorrência com os pescadores amadores, podemos citar o domínio concentracionista da terra, com a apropriação privada de lagoas marginais e o desvio das águas fluviais, o aumento da carga de efluentes de origem industrial e doméstica jogados nos rios, e, principalmente, a construção de Usinas Hidrelétricas, fatores que vão minando a capacidade de reprodução e sobrevivência dos peixes e, por decorrência, minando a capacidade de reprodução da pesca, levando os pescadores profissionais a viverem situações-limite.³⁸ (VALENCIO et al.,2006)

As atividades que potencialmente têm impacto na pesca de água doce muitas vezes não têm relação direta com a captura do peixe, como é o caso dos esgotos domésticos e industriais jogados nos rios, a poluição oriunda da agroindústria, os agrotóxicos carregados aos rios pela ação da chuva, etc. Estes fatores, que parecem “invisíveis” por se apresentarem distantes da realidade dos pescadores, comprometem negativamente a qualidade da água, impactando diretamente os peixes e conseqüentemente os pescadores.

Como afirma Venturato (2008):

Nesse sentido, é certo afirmar que a constituição do trabalho do pescador artesanal não só é vulnerável às adversidades do ambiente natural, como também é suscetível às mudanças ocasionadas pelas práticas socioambientais de outros usuários das águas. Assim, a pesca artesanal representa uma categoria profissional e um modo de vida responsável por

³⁸ Antonio Carlos Sant´Ana Diegues (1995) observou uma situação parecida em relação ao pescador artesanal que exerce sua atividade no litoral brasileiro, segundo o autor : “ Com o crescimento da pesca empresarial-capitalista, que conflitava diretamente com a pesca artesanal, somado ao uso crescente dos ecossistemas litorâneos e costeiros, para a implementação de pólos químicos, petroquímicos, minerometalurgicos, levou a poluição dos estuários, com o empobrecimento biológico dos recursos tradicionalmente capturados pela pesca artesanal.A especulação imobiliária, expulsando os pescadores artesanais de suas praias, algumas vezes de maneira violenta, contribuiu para uma desorganização social crescente e para um empobrecimento ainda maior das comunidades dos pequenos produtores”(Diegues; 1995,p. 56).

tecer continuidade às tradições, mas, numa heteronímia, hoje é uma categoria prestes a extinguir-se. (VENTURATO; 2008: 53)

A apropriação dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica têm contribuído decisivamente para a situação em que se encontram os pescadores artesanais atualmente. Ao transformarem o rio em lago, tornando as características ambientais desfavoráveis ao desenvolvimento de algumas espécies de peixe, ao mesmo tempo em que, objetivando o armazenamento hídrico, inviabiliza a continuidade, a jusante, do ciclo natural das enchentes que repovoariam o rio, as hidrelétricas estão potencializando o processo crescente de exclusão e pauperização do pescador artesanal. (VALENCIO et al., 2006)

No entanto, é importante termos claro em nossas mentes que os problemas enfrentados pelos pescadores artesanais devido à destruição ecológica e ao esgotamento dos recursos não são problemas gerados por processos naturais, mas determinados pelas formas sociais e pelos padrões tecnológicos de apropriação e exploração econômica da natureza (LEFF, 2001). É a racionalidade intrínseca do crescimento econômico que destrói as condições ecológicas da sustentabilidade reduzindo a diversidade cultural e colocando em risco a reprodução social dos pescadores artesanais.

A adesão incondicional ao ideal de desenvolvimento, entendido enquanto um processo universal de adesão a uma racionalidade fundamentalmente econômica, como argumentado anteriormente, está provocando alterações significativas nos modos de vida tradicional de várias populações ao longo de todo planeta. Segundo Leff:

Mas os efeitos da globalização econômica se combinam hoje com processos ecológicos em escala planetária, gerando uma espiral negativa de degradação ambiental que está alterando a dimensão dos problemas. A complexidade se apresenta como potenciais sinérgicos, mas também como efeitos destrutivos. Assim, o aquecimento global, produzido pela crescente emissão de gases de efeito estufa, provenientes do crescimento da produção para o mercado, está mudando as condições climáticas nas quais se desenvolvem práticas tradicionais de uso do solo como o roçado, a derrubada e a queima. Desta forma, a globalização econômica junto com as mudanças ambientais globais estão deslocando as práticas tradicionais de produção. As formas tradicionais de uso do fogo deixam de ser práticas sustentáveis e controladas convertendo-se em verdadeiros riscos, provocando incêndios incontroláveis de pastagens e florestas, encadeando seus efeitos e acelerando o aquecimento global, as mudanças climáticas, a

seca, a contaminação, a perda econômica de colheitas e a destruição da biodiversidade. (LEFF, 2001, p. 47) [grifos nossos]

Podemos observar o mesmo processo acontecendo com os pescadores artesanais no Brasil que, dado a conjuntura a qual se encontram atualmente, estão sendo forçados a mudar o seu modo de vida. Os conflitos provocados pelas diferentes formas de apropriação dos recursos hídricos e as disputas do território das águas e dos peixes oriundos do mesmo, estão provocando a extinção de uma categoria ocupacional e de um modo de vida particular, relacionado à pesca artesanal.

Esta realidade se torna ainda mais preocupante ao levarmos em conta a solução encontrada pelo poder público, em diversas localidades do território brasileiro, para compensar esta situação vivida pelos pescadores, qual seja, o incentivo à prática da aqüicultura.

Processos político-institucionais em curso estão trazendo à tona o conflito – até então latente- entre a pesca profissional artesanal de água doce e a aqüicultura. Esta, considerada como a solução técnica mais viável, acaba também adquirindo a imagem de sustentabilidade em contraposição a um discurso, produzido por diversas vias do Executivo e Legislativo, em níveis federal e estadual – com respaldo de parte da comunidade científica e de toda a mídia – que responsabiliza a pesca artesanal pela escassez de peixes nos rios. (VALENCIO et al., 2003)

Segundo os autores, dentro deste contexto, as falas competentes fazem surgir a seguinte idéia:

A de que a aqüicultura empresarial seria uma alternativa sustentável, social, ecológica e economicamente: no âmbito do emprego e renda, quer incitar o entendimento público de que seu propósito é o de inclusão social, abrangendo aqueles que se veriam impedidos do exercício de sua ocupação por razões “ambientalmente justificáveis”, os pescadores-depredadores. Sob uma perspectiva ecológica, a aqüicultura, para além do papel de redentora social, seria redentora do peixe silvestre, liberto de seu uso como alimento. E sob um prisma econômico, atingiria o nível de eficácia de que a natureza sozinha não é capaz, ao produzir com ganhos de escala e ampliando o mercado, argumento último de busca de legitimidade que passa, ainda, pela questão da segurança alimentar. (VALENCIO et al, 2003, p. 272)

No entanto, a adoção da aqüicultura como solução para a pesca artesanal profissional só faz concretizar um projeto modernizador do uso dos recursos hídricos em curso no Brasil, que está provocando profundas transformações no modo de vida de diversas populações ribeirinhas, principalmente dos pescadores. Como afirma Valencio (2006):

Pegue-se, como ilustração, uma das alternativas pacificadora que é veiculada como a resposta moderna, no nível federal (SEAP)³⁹ ao colapso pesqueiro: a aqüicultura e suas variantes. Esta exige a dissolução da cosmogonia da pesca artesanal para a incorporação de um outro esquema classificatório com foco em molusco, crustáceo, espécies estranhas de peixe (não silvestres, invasoras ou introduzidas), rotinas de horário industrial para a lida com remédios e ração etc. E gera alterações na identidade coletiva provocadas pela perda das técnicas corporais relacionadas à pesca e que não cabem no manejo semi-fabril, de escala.(VALENCIO,2006, p. 8)

Para entendermos melhor esta mudança, a transformação do pescador artesanal em piscicultor, vamos tomar por base o estudo de caso feito com os Pescadores da Ponte do Funil, que viram-se obrigados à mudar o seu modo de vida não por incentivo do Governo, mas devido a implantação da Usina Hidrelétrica do Funil, onde a piscicultura foi escolhida como forma de compensação aos pescadores atingidos.

4.2 O (ex) pescador da Ponte do Funil

Antes de começarmos a falar sobre os pescadores da Ponte do Funil gostaria de pontuar o fato de que o trabalho de campo realizado na comunidade foi feito oito anos depois do enchimento do lago da Usina Hidrelétrica do Funil, portanto, apesar de já ter tido contato com a realidade ali vivida anteriormente, contato este que se deu de forma natural e não com o objetivo de uma pesquisa acadêmica, o modo de vida dos pescadores que ali viviam será analisado através dos documentos pesquisados sobre a implantação do empreendimento (EIA/RIMA/RADA), das entrevistas realizadas com os pescadores que permaneceram na região, principalmente aqueles que foram compensados pelo consórcio e fazem parte da Cooperativa de Pesca da Ponte do Funil – Cooperfunil e fundamentalmente a partir da literatura que trata sobre a questão da Pesca Artesanal, tal como apresentado no item anterior.

³⁹

Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, hoje Ministério da Pesca.

É importante esclarecermos que a pesca realizada na antiga Ponte do Funil, em muitos trechos, era proibida, o que impossibilitava que os pescadores da região fossem institucionalizados por meio de alguma Colônia de Pesca que pudesse fazer a intermediação com o órgão do Governo à época responsável pelo cadastramento dos pescadores artesanais profissionais. No entanto, como foi explicitado na carta que os pescadores do Funil enviaram à comissão dos atingidos pela barragem, presente no RADA e citada anteriormente, várias pessoas e até famílias inteiras eram sustentadas pela pesca e, por isso, na ocasião, insistiam que esta era uma atividade de subsistência para muitos e que, portanto, deveria ser compensada.

Como afirma um ex-pescador ao ser questionado a respeito da construção da Usina:

Ah, nois perdeu muita coisa, perdeu tudo uai. Nois vivia era da pesca lá em baixo, era uma pesca que nois não poderia pescar mais nois vivia né, nois tinha um ganho certo, só que agora...lá nois não podia pescar só que nois vivia era disso não tinha outro serviço, o serviço era a pesca pra nos manter, manter a família né... (S., ex-pescador, setembro de 2010).

Nesse sentido a pesca naquela região poderia ser considerada uma pesca não comercial de subsistência como consta na lei (11.959 de junho de 2009), mas, como já foi dito, a maioria dos pescadores praticam as duas atividades simultaneamente, não sendo fácil fazer a distinção entre pesca artesanal com fins comerciais e a pesca não comercial de subsistência, o que faz dos pescadores do Funil clandestinos.⁴⁰

Este fato fez com que o consórcio empreendedor colocasse resistência em considerar os pescadores nos projetos de compensação propostos para os atingidos e, desde o processo de licenciamento do empreendimento, começaram a armar algumas estratégias para desmobilizar a categoria. A própria contratação de vários pescadores para trabalhar na construção da usina acabou prejudicando uma possível mobilização dos mesmos. Como afirma outro ex-pescador, hoje membro da Cooperfunil:

... quando instalou o canteiro de obras, ai eu comecei a trabalhar direto para o consórcio, trabalhei em tudo quanto é área que você pensar, o último serviço que eu fiz pra eles foi na limpeza do reservatório que eu era fiscal,

⁴⁰ Como afirma Valencio (2007): “Um desafio real para as colônias tem sido o de analisar a possibilidade e a conveniência de aproximar-se desse grupo no intuito de absorvê-lo e fazê-lo absorver a regulação instituída, algo difícil em vista de restrições culturais severas.” (VALENCIO, 2007, p. 24)

trabalhei no resgate de fauna, trabalhei tudo aí, e a gente pescava antes né, e num determinado tempo, um ano antes de começar a usina agente já parou de pescar porque a gente já estava trabalhando bastante pra usina, e aí a pesca foi ficando meia esquecida (A., ex-pescador, setembro de 2010).

Ao ser perguntado sobre se os outros também trabalhavam na usina o mesmo responde:

É, não, os outros continuavam né, a maioria, alguns que trabalhava na usina, os que não queria trabalhar na usina continuava na pesca. Mas aí começou o processo de negociação e eles sempre deixando os pescador de lado, porque lá era uma pesca predatória e eles acharam que não tinha responsabilidade nenhuma com aquilo, e eu falava com eles, olha, não é dessa forma não, e como eu trabalhava pra eles automaticamente eu tinha que ficar meio quieto né, mas só que chegou uma época que me revoltou aquilo, aí falei, não, agora eu chuto o pau da barraca, e comecei a organizar os pescador, chamava eles e falava, olha gente, nos temos que lutar porque pelo que eu estou vendo nos vamos ficar pra traz nisso aí, aí batia [o consorcio] e chamava a polícia ambiental que falava que era tudo ilegal, mas eu falava, se vocês não vier instalar a usina vamos todo mundo continuar pescando da mesma forma que sempre fizemos, eu nasci com isso aí ué, meu pai me sustentou desde criança com isso aqui, então nos temos que rever essa questão... (A., ex-pescador, setembro de 2010).

Inicialmente os pescadores tiveram dificuldades para se organizar, mas a partir do momento que o ex-presidente da colônia começou a reivindicar e tomar a frente no processo de negociação com o consórcio houve uma forte mobilização por parte de alguns pescadores que chegaram inclusive a escrever uma carta de reivindicação que foi entregue, primeiro para a FEAM, depois para alguns políticos da região⁴¹ e distribuída também para a população local.

A essa altura a FEAM já havia exigido do consórcio empreendedor um cuidado especial para com os pescadores da Ponte do Funil, reiterando diversas vezes a necessidade de compensar a atividade de pesca praticada na região, como foi explicitado anteriormente. Com isso, o consórcio abriu para negociação, e começou a fazer reuniões com o grupo de pescadores para poder criar uma cooperativa que não conseguiu abarcar todas as pessoas que exerciam esta atividade à época. Como afirma o primeiro presidente da Colônia :

Nós éramos uns 50 pescador, mas você sabe né, esse povo quer fazer cada vez menos né, faz o que a lei manda e olhe lá, faz menos ainda, aí a gente

⁴¹ Em entrevista ao ex-presidente da colônia este me afirmou que entregou a carta inclusive para o governador do Estado à época, Itamar Franco, quando da inauguração da Usina.

começou uns dois anos avançando na negociação, fazia reunião todo mês, toda quinzena, ai tinha pescador que foi desanimando ao longo do tempo, porque é aquela história, o cara quer resultado prático, rápido, e eles não faz justamente pra turma desanimar, ai chegou uma época que começou a criar critério, ah pra poder ganhar alguma coisa tem que participar da reunião, ai muito nêgo foi desanimando e eles foi cortando, cada vez que vinha com a lista cortava três, quatro nomes, ai chegou uma época que não teve como evitar mais, ai fechamos o grupo em doze pessoas, mas ai eles falaram que doze não era suficiente para criar uma cooperativa, ai sugeriram para inteirar com as esposas, ai inteiramos chegou a vinte e fundamos a cooperativa. Os outros [que ficaram de fora] foi um “tendepar” danado rapaz, porque foi o seguinte, ninguém acreditava no processo, mas o dia que viu o caminhão descarregando o barco, as redes, ai falaram, uai, porque que eu não tô nisso? Uai, você não tá porque você se excluiu do processo, ai eles reclamaram, bateram em cima, imprensa foi de cima, mas já não tinha força mais, porque já tinha um grupo formado, isso ficou até uma situação ruim, eu não queria que a coisa fosse dessa forma, porque o objetivo nosso era ajudar todo mundo sabe, mais... (A., ex-pescador, setembro de 2010)

Inicialmente o objetivo do Consórcio era o de reativar a pesca artesanal e o primeiro passo dado foi fazer a carteira de pescador profissional, cadastrando os pescadores na colônia de pesca de Alfenas⁴². Esta foi uma prática muito importante para os pescadores já que a vida inteira realizaram uma atividade considerada ilegal e agora, depois do enchimento da represa, passaram a ser institucionalizados e reconhecidos pelo Governo.

No entanto, apesar desta atitude ter lhes garantido a legalidade do exercício da profissão de pescador, com o enchimento do lago, o que lhes passou a faltar não foi a carteira de pesca, mas o peixe, essencial para a existência do pescador. Não existe pescador sem peixe, mesmo que ele seja institucionalizado. Segundo relato de ex-pescadores:

...ai juntaram com a usina, foram lá ver o negócio de carteira, foram lá em Alfenas, ai conseguimos a carteira de pesca. Mas depois que a gente começou a pescar nós vimos que não dava peixe, que não tinha como. Não tinha peixe! Você armava ai mil metro de rede você pegava um kilo por semana de peixe, tinha semana que não pegava nem um. E outra coisa também mais séria dessa conversa nossa, eles, pra poder encher o lago rápido (...) eles encheram o lago cheio de lenha, sujo, não limparam tudo lá, deixou tudo sujo lá, ai você colocava a rede e quando ia tirar rasgava tudo (G., ex-pescador, setembro de 2010).

Montaram essa cooperativa ai pra nós, muito bem montada, tem freezer, deram rede, deram barco, deram tudo, muito bem montado, mas faltou o principal que era o peixe. (N., ex-pescador, setembro de 2010).

⁴²

Á época ainda não havia sido criada a Colônia de Pesca de Lavras.

Quando questionei a respeito do Elevador de Peixes que é propagado pelo Consórcio AHE Funil como um empreendimento moderno e eficaz, que resolveria a questão dos peixes, e que serve inclusive de referência a outras Usinas Hidrelétricas, outro ex-pescador me respondeu:

O elevador, eu já trabalhei um pouco com eles lá e eu vi, ele é muito moderno, muito bonito, mas só que nós temos que lembrar o seguinte, que o peixe ele não modernizou não, o peixe continua lá do mesmo jeito de sempre, então por exemplo, o peixe vem no seu habitat natural, olha pro lado vê, aqui tem pedra, buraco, aquele negocio todo, de repente tem uma casa branca, pintada, ele olha aquilo e freia na hora, ele fala, opa, espera aí, tem alguma coisa errada, e o peixe não vai, não entra de jeito nenhum, o peixe chega lá e volta pra trás na hora. (G., ex-pescador, setembro de 2010).

Interessante atentarmos para o fato de que todas as soluções para os problemas ambientais, no discurso do Desenvolvimento Sustentável, passam pela questão da eficácia técnica, são sempre soluções técnicas apoiadas por um conhecimento científico que muitas vezes se chocam com outros saberes não legítimos dentro do paradigma hegemônico da modernidade, mas que também deveriam ser respeitados e valorizados.

Além da questão da falta de peixes, como vários entrevistados relataram, e apesar do Consórcio ter oferecido toda a condição, em termos de material, pra se pescar, a forma com que a atividade é exercida no lago é completamente diferente da maneira como ela era feita no rio, o que provocou sérios problemas de adaptação por parte dos pescadores, como nos informou os mesmos:

É muito diferente o jeito, a própria pesca no rio é totalmente diferente da do lago, tanto é que quando a Usina foi dar equipamento, nós fomos em Alfenas comprar as redes, compramos rede de pescar em rio, chegamos aqui e as redes ficaram tudo aí, perdida, jogada fora, não funcionou, as redes no rio tem que ter bóia, chumbo, tem que ser adaptada, aqui não, agente punha aquelas boinha de isopor, amarrava pedra, foi aquela loucura, e a usina nem pra chamar um cara que já entende disso pra dar uma consultoria, deixou a gente “a Deus dar”, ficamos com uma tonelada de rede aí sem saber o que fazer e não pegava um peixe, foi muito difícil. (A., ex-pescador, setembro de 2010)

...até você se adequar ao lago foi difícil, porque aqui você pesca mais é de rede, e o quê que acontece, aqui nos estamos em uma profundidade de 40 metros, e o peixe de escama ele pega o fio d'água aqui e vai embora, a tendência dele é ir pro rio das Mortes, Capivari, o que fica mais aqui é uma Curimba que é acostumada a água parada, mudou muito, os peixes, a

maneira de pescar, foi uma mudança meio brusca...(F., ex-pescador, setembro de 2010).

Essa situação nos mostra que o trabalho do pescador não é replicável em outros territórios. Na atividade da pesca, lugar e trabalho estão impreterivelmente imbricados, portanto, quando se muda o lugar da pesca, muda-se também o trabalho nele exercido.

A forma de produção na pesca varia bastante, encontrando desde pescadores que jogam suas linhas e redes em praias ou margem dos rios, até grandes embarcações que contam com todo um aparato tecnológico de pesca. Na Ponte do Funil eram utilizadas técnicas artesanais de captura, ou seja, tecnologias simples e de baixo custo como: redes de espera, tarrafas e anzóis.

Os petrechos de pesca podem ser classificados basicamente como monoespecíficos ou multiespecíficos, a utilização de cada tipo define a seletividade da captura do pescado. Quando monoespecíficos, como tarrafas, anzóis e espinhéis, principal meio utilizado na Ponte do Funil, os petrechos revelam a intenção e o controle do pescador sobre algumas espécies de interesse, demonstrando sua habilidade e seu conhecimento sobre o comportamento das espécies (VALENCIO et al., 2006). O uso deste tipo de petrecho também indica a existência de condições ambientais favoráveis à reprodução dos peixes maiores e de grande importância econômica, como é o caso do Dourado, peixe que era muito abundante na antiga Ponte do Funil e que depois da construção da barragem, que cortou o seu ciclo natural de reprodução, vem se acabando paulatinamente⁴³ como lamenta um ex-pescador:

... daqui um tempo não vai ter mais Dourado, que é o rei do rio nosso aqui, é o peixe que todo mundo vinha do Brasil, de qualquer parte do Brasil, até do Paraguai, Uruguai, eu já vi gente que vinha aqui pescar atrás do Dourado, porque tinha muito mesmo, e agora vai acabar... (G., ex-pescador, setembro de 2010).

Quando a pesca é feita com petrechos multiespecíficos, como malhadeiras e redes de espera, esta também bastante utilizada no Funil, a pressão sobre os vários estoques é

⁴³ Importante ressaltar que em conversa com outros pescadores que trabalham a jusante do barramento, estes falam que realmente o Dourado acabou, ficaram todos “barrados” pra baixo da Usina e já a algum tempo não se houve mais falar de alguém que tenha conseguido pescar o Dourado a jusante da represa, o que era muito comum antigamente.

mais intensa já que aumenta a possibilidade de capturar grandes quantidades e com uma variabilidade também maior. (VALENCIO et al., 2006)

A particularidade da pesca na Ponte do Funil é que ela também era realizada em pé, sobre as pedras, no meio das corredeiras, de onde os pescadores jogavam as suas tarrafas. Esta prática, embora ilegal, seguia um conjunto bastante específico de regras comunitariamente estabelecidas. Como afirma um ex-pescador:

Antes era assim, cada qual tinha um horário pra pescar, de quarenta em quarenta minutos um pescava né, era dividido, então o peixe que fosse pego no tempo da minha pescaria era meu, aí então eu dividia com o tarrafeiro, sabe, e os outros não, cada qual ficava com o seu (...) tinha um tempo determinado, 40 em 40 minutos ou de hora em hora, depende do volume de peixe, aí depois trocava de pescador, era outro, então quem chegasse primeiro no local de pesca era o primeiro, o segundo era o segundo, por ordem de chegada... (F., ex-pescador, setembro de 2010).

O suporte de ajudantes de pesca (no Funil chamado de tarrafeiro) é muito comum em outros lugares também, e em grande parte dos casos os trabalhadores possuem algum vínculo de parentesco, quando o vínculo do ajudante de pesca é de primeiro grau, esposa ou filhos, não costuma haver remuneração pelo trabalho. Quando não é parente, a remuneração geralmente ocorre pelo pagamento de um valor fixo, pelo pagamento de uma porcentagem do lucro obtido na venda do pescado ou, como no caso relatado, com a partilha de 50% do pescado para que cada qual realize sua venda de maneira independente. (VALENCIO, 2007)

O grande movimento, tanto de turistas quanto dos carros que transitavam pela região da Ponte do Funil (que além de ser um ponto turístico bastante expressivo, como já mencionamos anteriormente, era um local de passagem que dividia Lavras e Perdões e que também dava acesso a Campo Belo, Pedra Negra, e vários outros lugares da região, o que acabava gerando um grande fluxo de pessoas no lugar) e que eram atraídos ao comércio de peixes existentes no local, acabava possibilitando uma renda significativamente boa aos pescadores. O fato de o ambiente de captura e de residência estar próximo a uma infra-estrutura viária de tráfego intenso favorecia a comercialização rápida da mercadoria o que dispensava a necessidade de grandes infra-estruturas de armazenamento do pescado.

Outro fator importante de ser ressaltado é que, em geral, a confecção e a manutenção dos petrechos de pesca, como as redes de espera e as tarrafas, são feitas pelos próprios pescadores ou por seus familiares, ou seja, eles são os detentores dos meios de produção, o que demonstra uma autonomia na gestão das capacidades do trabalhador, e que, portanto, pode ser visto como um contraponto ao trabalho hierárquico e alienado que vigora na sociedade mercantil (VALENCIO et al, 2006). Como nos informou um ex-pescador do Funil:

No rio a gente mesmo fabricava os equipamentos, rede, tarrafa, tudo a gente que fabricava, ao longo dos anos fomos aprendendo, a gente ia aprimorando os equipamentos de acordo com as condições entendeu, por exemplo, se o rio esta cheio é um tipo de equipamento, se as águas baixam é outro, a água mansa é um equipamento e na cachoeira é outro, então tudo isso ai, a gente vivia daquela atividade, tudo que a gente ganhava era daquilo, e quando acabou aquilo [a barragem que acabou com o rio] a gente ficou perdido, entendeu, totalmente perdido, e a usina, no começo até dava um empreguinho pra turma, e a turma na expectativa de trabalhar na Usina, o status de trabalhar na Usina, mas eu até falei, gente, isso ai não é pra nos, isso não tem futuro pra nos, a usina esta dando um “cala boca” ai pra gente, ai logo começou a dar cesta básica que foi uma coisa que eu fui contra também, porque tem que ensinar o povo a trabalhar, porque a hora que vocês cortar a cesta básica o povo vai passar fome, ai ficou, dão cesta básica até hoje, mas é muito cômodo pra eles dar cesta básica, porque é muito barato, então sempre que a FEAM cobra deles eles falam: ‘não, estamos dando cesta básica’, mas só que ninguém vive só de cesta básica não ué, e ficou ai, na pesca no lago a gente não se acertou até hoje, ninguém se acertou com a pesca no lago. (A., ex-pescador, setembro de 2010)

É curioso observar essa passagem da autonomia para a dependência em relação ao Consórcio (emprego, cesta básica) vivenciado pelos pescadores a partir da construção da barragem do Funil, assunto que vai ser discutido mais a frente. Por enquanto gostaria de ressaltar que as modificações ocasionadas aos ambientes naturais, como ocorre no caso da construção de Usinas Hidrelétricas, provoca também a perda de um arcabouço cultural próprio do lugar. Como afirma Valencio (2007):

O rio, domesticado, são águas que revelam o destino trágico. Ao tomarem outras formas, constroem no interior dos mesmos novos conteúdos materiais e novas memórias para usos de novos homens. Portanto, é o rompimento da narrativa da tradição e do reconhecimento das vozes ancestrais que, mais do que transmutadas, são sufocadas pelo novo. A obstrução da memória social dá-se, dessa forma, pela perda da referência ecossistêmica com a qual aqueles saberes e fazeres tinha contato. (VALENCIO, 2007, p. 39)

No item que se segue vamos discutir esses “novos homens” que, a partir da extinção do antigo lugar de moradia e trabalho e das antigas técnicas de pesca, passam a lidar com uma nova realidade em um novo lugar e utilizando-se de novas técnicas mais modernas, a partir da implantação da piscicultura como forma de compensação à pesca antes praticada no Funil.

4.3 A criação em Tanques-Rede

A alternativa encontrada pelo consórcio para a atividade da pesca no lago que não havia atingido os resultados esperados foi a implantação da piscicultura através da criação de tilápias⁴⁴ em tanques-rede. De acordo com Silva (2007), os tanques-rede são:

Estruturas flutuantes, confeccionados em variados formatos e tamanhos e diferentes materiais que permitem a livre circulação da água, trazendo oxigênio necessário aos peixes ali confinados e levando os resíduos e gases nocivos por eles produzidos. (SILVA, 2007, p. 4)

Segundo os pescadores, o Consórcio doou toda a estrutura necessária para a realização da atividade, doou os tanques-rede, já haviam construído o Centro de Beneficiamento de Pescado (CBP)⁴⁵, mas o grande problema enfrentado pelos pescadores, e apontado por todos os entrevistados, foi a falta de apoio técnico. Como afirmam os cooperados:

A nossa maior dificuldade aqui em relação à criação de peixe tem sido um Zootecnista pra fazer um levantamento da área pra ver o quê que está acontecendo com essa mortandade de peixe, a mudança de temperatura foi muito brusca então peixe de 500g esta morrendo ai (...) o que está dificultando é isso, é o preço da ração que é muito caro e o fato da gente não ter acompanhamento, é muito difícil vir alguém aqui, pra um técnico chegar aqui e falar o quê que está acontecendo, mostrar o que está certo e o que está errado... (F., ex-pescador, setembro de 2010).

O Consórcio ajuda muito nós com os tanques-rede, no que precisa eles ajudam, só que por enquanto ainda não está dando certo não, com relação a criação de peixe, porque nós coloca eles lá [os peixes nos tanques-rede] e eles morre tudo, a gente não tem conhecimento de criação... (J., ex-pescador, setembro de 2010).

⁴⁴ Espécie não nativa mas muito utilizada na prática da piscicultura.

⁴⁵ O centro de beneficiamento de pescado tinha a finalidade apurar por processos técnicos o que se produz, no caso o peixe criado nos tanque-rede. Esse produto seria comercializado não somente *In natura*, mas beneficiado (filetagem, filé, etc) para, assim, ser mais atrativo tornando-se de maior valor para o mercado. No entanto, esta pratica ainda não se concretizou no Funil.

Como podemos perceber, a criação de peixes em tanques-rede é uma atividade completamente estranha para os pescadores que não possuíam nenhum conhecimento prévio a seu respeito. Como aponta Valencio (2007), não há, em termos ocupacionais, nenhuma correspondência entre o trabalho da pesca artesanal e o trabalho da aqüicultura uma vez que, tomada uma coisa pela outra, há modificações sensíveis nas formas de interação homem-água-peixe dadas por uma ou outra atividade, de acordo com a autora:

O trabalho da aqüicultura é de ordem substancialmente distinta da pesca artesanal. O fato de ser um trabalho realizado no contato do trabalhador com a água e os peixes é um desvio das dessemelhanças que permanecem fundamentais. Para começar, a aqüicultura é um processo alienador. Prescinde do conhecimento que o pescador artesanal tem do ambiente natural, bem como das habilidades técnicas corporais e de manejo dos instrumentos de trabalho a elas ajustadas. Outras são as habilidades requeridas pela aqüicultura, as quais perdem a condição de ensino-aprendizagem no espaço comunitário e de difusão oral para dar espaço à orientação formal e hierarquizada do perito, oriunda da engenharia de pesca ou correlatas. Tais orientações sofrem mudanças a partir das circunstâncias que ocorrem na esfera de outras relações, científicas, tecnológicas ou político-empresariais e mercadológicas, que não são de domínio e, portanto, tornam-se incontroláveis para o grupo que as absorveria no trabalho direto nos tanques-rede. (VALENCIO, 2007, p. 84)

Nesse sentido, a forma de aprendizagem para aquisição de conhecimentos necessários para a reprodução da atividade é completamente diferente. O que na pesca artesanal era passado de forma oral, pela tradição e através principalmente da família, na piscicultura a aprendizagem está relacionada a um conhecimento técnico-científico bastante específico e que na maioria das vezes se encontra fora do alcance dos pescadores, tornando-os dependentes. Ao perguntar a um cooperado como ele adquiria o conhecimento necessário para lidar com os tanques-rede ele me responde da seguinte maneira:

Assim, eu as vezes vejo um pouco em alguma revista, um curso que eles começaram a dar ai pela UFLA [Universidade Federal de Lavras] sabe, então você vai...esse zootecnista que vendeu esses últimos peixes pra nós ai, ele tava fornecendo um...diz ele que era uma vitamina né, então ele não fala qual é o segredo, não fala como é que é, né,... (F., ex-pescador, setembro de 2010)

Os pescadores que antes eram donos dos meios de produção, fabricavam seus próprios instrumentos de trabalho, e exerciam uma atividade autônoma, mesmo que ilegal, agora passam a ser dependentes, dependem do conhecimento técnico que inclusive, como

demonstra a fala anterior, lhes é negado, dependem da boa vontade do Consórcio em comprar alevinos, insumos, ração, providenciar o apoio técnico; coisas que são extremamente caras para serem adquiridas pelos próprios pescadores, enfim, dependem.

Outro fator interessante de ser observado é a respeito da temporalidade que rege as duas atividades. No processo de produção de peixes, a temporalidade é subordinada a uma racionalidade industrial. O período de desenvolvimento dos peixes cultivados é dado pelo controle da natureza por vários meios técnicos, artificializando o processo no intuito de ir aproximando o tempo de trabalho do tempo de produção. Para isso utiliza-se uma série de ciências especializadas para aumentar a eficiência da engorda, aumentar a resistência dos peixes às doenças, etc. Como afirma Silva (2007):

O tempo de trabalho de tal empreendimento [piscicultura – tanques-rede] é determinado, ou seja, os horários são estipulados a depender das tarefas efetuadas: alimentação com ração realizada inicialmente (alevinos) em curto espaço de tempo aumentando com o desenvolver do peixe, biometria⁴⁶, limpeza quinzenal dos tanques e vigilância constante (...) Há, então, uma inversão do tempo de trabalho, ou seja, o que é conduzido pelo fator ‘natureza’, com a inserção dessa nova tecnologia é determinado pela tecnologia. Desta forma, o tempo determinado para cada tarefa é um dos fatores diferenciadores da atividade da pesca artesanal que se caracteriza por seu tempo de trabalho indeterminado. (SILVA, 2007, p. 6)

Nessa nova temporalidade resta ao pescador o papel de cuidar de “gaiolas”, os tanques-rede, preocupando-se com a temperatura da água, com a hora certa de dar ração aos alevinos e peixes maiores, enfim, em vez de redes e tarrafas agora o que ele tem é ração manufaturada e um barco para flutuar entre os tanques. O pescador artesanal se transforma em um proletário das águas e perde todos os referenciais econômicos, ambientais e sociais que construíram sua autonomia e requereram seu conhecimento, suas técnicas, tanto de captura quanto de criação dos seus meios de produção. (VALENCIO, 2007)

Como aponta Valencio (2007), os pescadores experimentam uma temporalidade que é distinta da moderna, lidam em uma racionalidade onde a preservação da memória da

⁴⁶ Conforme a autora: “A biometria é um termo técnico que representa a pesagem e medição de determinada amostra de peixe dos tanques-rede para se determinar o seu peso médio. Essa atividade é importante e dela depende toda a produção, pois, sua finalidade é de reajustar a quantidade de ração e sua densidade. A biometria dos peixes em tanques-rede deve ser feita no início da produção com os alevinos (filhotes de peixe) semanalmente, quando atingem certo peso a biometria é realizada quinzenalmente.” (Silva e Siqueira, 1997:85 apud Silva, 2007)

paisagem e das práticas de manejo assegura um sentido de pertencimento ao lugar e ao grupo. Essa temporalidade também perpassa a realização do trabalho, segundo a autora:

A arte da pesca não obedece aos tempos da racionalidade mercantil nem acomoda nos critérios de produtividade com os quais se lhe tentam impingir juízos. A visão de um pescador jogando tarrafa alude, geralmente, à estética do prazer, uma habilidade técnica delineada para provocar a idéia de domínio do corpo e domínio do rio, ambos inconstantes, porém, ajustáveis. A forma serpenteante do rio é o da ocultação, do mistério, a que o pescador afronta na canoa, fixo e móvel, isolado e exposto. O pescador tem na canoa a extensão do seu corpo para buscar um desconhecido a que a tarrafa surpreende. Retirem-se esses componentes imaginativos e, contra eles, coloquem-se motores e localizadores precisos de cardumes: tem-se a captura, esvai-se o prazer da pesca naquilo em que essa arte é um jogo, uma procura de algo em que só se sabe até certo ponto onde vai estar. (VALENCIO, 2007, p. 38)

Agora imagine o que acontece quando não é apenas o “aperfeiçoamento técnico” dos meios de produção que ocorre, mas sim, a mudança na própria natureza da ocupação, com a extinção do trabalho de captura. O pescador deixa de ser um “capturador” ou “apanhador” de peixe e passa a ser um produtor de peixe e um “cuidador”, “tomador de conta”, de “gaiolas” (tanques-rede), descaracterizando-se como pescadores artesanais e adotando uma nova identidade produtiva: a de piscicultor.

A mudança é significativa. Como relatou a socióloga de uma empresa de consultoria ambiental⁴⁷ contratada pelo Consórcio empreendedor para fazer o acompanhamento dos Programas de Reativação Econômica da Ponte do Funil, quando se tem uma obra como a construção de uma Usina Hidrelétrica, você pode fazer vários trabalhos para melhorar a condição daqueles que foram atingidos, porém, “as atividades extrativas você não transfere, você só tira do lugar”, com isso, ao colocar a piscicultura como alternativa à pesca antes praticada, “a maior dificuldade que se tem é que isso implica em uma mudança cultural”, “eles [os pescadores] têm uma cultura que eles pescam a hora que querem, do jeito deles, na hora que eles acham certo, e quando você muda para uma produção cotidiana, todo dia, quando muda o modo de produção e eles passam a ter que estar lá de tal a tal hora, isso eles não conseguem, não mudam, é difícil.” (G., socióloga da Práxis, maio de 2010).

⁴⁷ Empresa Práxis Projetos e Consultoria, sede em Belo Horizonte.

Como se pode perceber a partir da fala da técnica que, inicialmente, era a responsável pelos programas de reativação econômica implementados pelo Consórcio empreendedor, o que ocorre é um processo de mudança cultural, ou seja, não é apenas uma mudança no modo de produção, mas uma mudança de valores, de perspectivas, que perpassa inclusive a questão da identidade destes pescadores.

Norma Valencio, reportando a análise de Antonio Carlos Diegues (1998), afirma que a construção social da identidade do pescador artesanal passa fundamentalmente por três aspectos principais: primeiro, ocorre pela alteridade, pelas formas como reconhece o outro; segundo, pelos rituais de reafirmação dos significados e sentidos partilhados por seu coletivo e terceiro, pela afirmação do sentido de pertencimento ao lugar. (VALENCIO, 2007)

O outro é aquele com quem entra em conflito pelo uso da água e pela exploração dos recursos pesqueiros, como é o caso das concessionárias de energia, os pescadores amadores, etc. Os sentidos partilhados pelo grupo também é definidor de sua identidade, principalmente aqueles relacionados a certas visões do peixe, do seu comportamento, do ambiente aquático. Mas uma questão central desse processo é a territorialidade, como explica a autora:

Por fim, a identidade repousa na afirmação da sua territorialidade, do seu direito de estar no lugar e dele retirar seu provimento, de entender que sua sobrevivência reside na fruição multidimensional daquele lugar. O conjunto de práticas sociais relacionadas ao trabalho está geograficamente referido, isto é, as referências territoriais da pesca compreendem tanto as particularidades ambientais de dado trecho do rio onde se quer atuar quanto os tipos de acordo que se faz para a exploração coletiva do mesmo. (VALENCIO, 2007, p. 30)

Se a construção da identidade de pescador passa por essas dimensões, como ficaria a identidade de um grupo que teve seu lugar submerso pela barragem de uma usina hidrelétrica, ou seja, que perdeu a sua territorialidade, e que mudou de atividade? Com certeza este grupo terá sua identidade abalada.

Essa questão da territorialidade não está relacionada exclusivamente ao espaço do trabalho, mas também ao espaço da casa, da sua moradia, sua relação com os vizinhos, etc. Na Comunidade do Funil, muitas pessoas sofreram com o processo de mudança,

principalmente os mais velhos, na fala dos pescadores atingidos, ao serem perguntados sobre como foi a chegada ao novo local, essa dimensão é explicitada:

... cada um foi criado no seu habitat natural, é a mesma coisa que você tirar uma onça do pantanal e colocar ela dentro de São Paulo, ela vai ficar o quê? Perdida, ela não sabe nada, é a mesma coisa com nós, nos ficamos totalmente perdido, até nós achar o caminho, até nos consegui pegar um ritmo de vida que nunca mais vai ser o mesmo, pelo menos pra gente ir sobrevivendo, levou muito tempo. Muitos até adoeceram(...)teve até infarto, porque não acreditava, (...) eu acho assim, que em respeito aos mais velhos deveria ter um psicólogo pra acompanhar, porque esse pessoal tem tudo na mão, tem dinheiro, as pessoas mais velhas sofrem mais, você tirar um menino de 2 anos e outro de 100 anos, a de 100 anos sofre mais, nessa parte eu acho... (G., ex-pescador, setembro de 2010)

Na chegada aqui, só dos antigos morreram três, porque não adaptou aqui, pergunta eles ai, morreu porque não adaptou; é igual eu falei com você, essa bagunçaiada, brigaiada, começou o povo vindo pra cá, o povo que gosta da beira d'água, dos bar, esses trem, ai bagunçou tudo, ai já era. La tinha os bar na época, tinha mas era um ou outro, não tinha tanta bagunça como tem hoje, hoje ficou um em cima do outro, concentrou muito num lugar só. (J., ex-pescador, setembro de 2010).

...tem um que morreu, a turma fala que ele morreu de desgosto, porque ele gostava muito da pesca e tudo, ai chegou aqui ele se entregou na bebida, mais é difícil você provar isso aí né... (A., ex-pescador, setembro de 2010)

A dificuldade de adaptação ao novo lugar foi muito sentida pelas pessoas mais velhas, que tinham um vínculo e um sentimento de pertencimento ao antigo lugar de moradia muito forte.⁴⁸ Acostumados a viver no rio e do rio, lugar onde os sentidos eram partilhados com o grupo, o enchimento do lago da usina acaba submergindo a identidade daqueles que no rio se inspiravam.

Por outro lado, os mais jovens, apesar de também terem sofrido com o processo de mudança, sentiram uma maior facilidade de adaptação à nova realidade. Como nos informou um ex-pescador, mais jovem, e que é membro da Cooperfunil:

Os primeiros meses eu estranhei, eu fui pra casa do meu pai e lá tinha uns vizinhos, que agora nem moram lá mais, mas que era meio complicado, era muito som alto, muita criança, muita gritaria, jogavam bola na rua e caía toda hora dentro de casa, foi até meio estranho, mas ai depois devagar foi

⁴⁸ Para uma análise sobre os processos de deslocamento compulsório e ressentamento de atingidos por usinas hidrelétricas, com base no estudo da hidrelétrica de Candonga, na Zona da Mata mineira, ver Penido (2007).

adaptando, hoje eu acostumei tanto que eu acho que se fosse viver igual nós vivíamos lá eu ia estranhar. (N., ex-pescador, setembro de 2010)

O que pude perceber com o trabalho de campo foi que, com o passar do tempo, os mais jovens foram se adaptando ao novo estilo de vida que lhes foi imposto. Com a transferência do local de moradia os pescadores passaram a ter maior contato com o meio urbano e, expostos cada vez mais ao conjunto de valores subjacentes ao modo de vida da cidade e trabalhando numa nova função jamais imaginada anteriormente, os mesmos foram aos poucos perdendo a sua identidade de pescador.

Retomando a idéia a qual me referi no item anterior, quando mencionei a passagem sofrida pelos pescadores, da autonomia à dependência e da subsistência a partir de uma base de produção artesanal à produção comercial capitalista (o que sugere a capitalização da natureza e das práticas sociais, incluindo as econômicas), um dos fatores que, a meu ver, também facilitou essa “deterioração da identidade de pescador” no Funil, foi o fato de que todos os ex-pescadores com os quais conversei já tinham trabalhado ou estão trabalhando para o Consórcio Empreendedor ou em empresas de consultoria ambiental⁴⁹ que estão fazendo projetos para a construção de Usinas Hidrelétricas ao longo de todo o país:

Muita gente saiu da comunidade, isso aqui é bom pra quem é aposentado, porque aí já tem o seu dinheirinho, aqui é bonito, tem vista bonita, agora pra gente que tem que correr atrás... sabe onde tive que ir trabalhar esses dias, lá no Amazonas, no rio Madeira, lá naquela Usina de Santo Antonio, estava trabalhando pra uma empresa de consultoria ambiental, estava fazendo serviço de pesca pra eles lá... (J., ex-pescador, setembro de 2010)

Não, na cooperativa restaram poucos porque muitos viram que não ia pra frente, que não tinha como, aí trabalhando na cooperativa mesmo tem só seis, os outros seis foram caçar serviço aí pra fora, tá trabalhando pra fora aí, alguns até pra Usina. (G., ex-pescador, setembro de 2010)

Eu sempre fiz do mesmo jeito, trabalhando muito lá em baixo pra conseguir as coisas que a gente quer, então aqui está a mesma coisa, aparece um bico a gente faz, igual a Usina mesmo, de vez em quando, tem umas empresas que faz consultoria, eles indicam a gente pra trabalhar pra eles... (J., ex-pescador, setembro de 2010)

Questão de serviço melhorou, hoje eu presto serviço pras hidrelétrica ai, comecei aqui no Funil mas hoje eu viajo muito fazendo o mesmo serviço que faço aqui no Funil, inclusive semana passada eu estava em Goiás, em uma outra hidrelétrica lá... (N., ex-pescador, setembro de 2010)

⁴⁹

Indicados pelo Consórcio AHE Funil e até mesmo através da Cooperfunil.

Quase todos eles estão na comunidade, todos estão na cooperativa, alguns prestam serviços pra essas firmas que fazem monitoramento de peixe em outras barragens, muitos fazem esses serviços de monitoramento, vai trabalhar 10, 5 dias e voltam, sabe... (F., ex-pescador, setembro de 2010)

Hoje o Consórcio mitigou de alguma forma a situação deles, alguns prestam serviço pra empresas que trabalham pro consórcio entendeu, então o consórcio acabou encaixotando todo mundo, ficou uns dois ai só que não quiseram trabalhar pra usina e fica ai, faz um biquinho, pesca, mas a pesca artesanal não deu resultado... (A., ex-pescador, setembro de 2010)

Se levarmos em consideração o fato de que o primeiro aspecto da construção social da identidade do pescador é o reconhecimento do Outro, e este sendo aquele com quem se está em conflito pelo uso da água, como é o caso das concessionárias de energia hidrelétrica, o que ocorre quando os próprios pescadores se vêm trabalhando para este Outro?

O que se observa é a dissolução da identidade destes pescadores que agora passam a ser identificados com o próprio Outro que os “definiam” por oposição. Além disso, a utilização dos conhecimentos e dos saberes destes pescadores no trabalho para as hidrelétricas, acaba reforçando a hegemonia de uma visão utilitarista das águas cuja tônica é priorizar os atendimentos das finalidades modernas.

Nesse sentido, o conhecimento tradicional do pescador, inútil para o trabalho na piscicultura, é agora apropriado pelo “sistema energético” para que este se reproduza às custas da extinção de outros pescadores para produção, em outros lugares, de mais energia elétrica, tão necessária para a manutenção dos níveis exagerados de consumo da sociedade moderna. Como afirma Valencio:

O conhecimento tradicional do pescador seria, portanto, valorizado à medida que correspondesse ao interesse alheio. O uso do seu conhecimento precisaria ser instrumental para a modernidade. Então, não se está mais falando apenas da valorização de um certo saber, mas *para quem* esse saber está fundamentalmente servindo. Vamos transcender a relação como guia de pesca para quaisquer outras que se fundem no contato interessado de terceiros pelo conhecimento ambiental do pescador. (VALENCIO, 2007, p. 97)

Por fim, é curioso atentar para uma contradição vivida pelos ex-pescadores do Funil, ou seja, para o fato de que antes da construção da Usina Hidrelétrica do Funil estes

atingidos eram pescadores, como pudemos ver a partir de todo o esforço feito para serem reconhecidos enquanto tal durante o processo de licenciamento ambiental do empreendimento, mas eles exerciam uma prática ilegal; depois do enchimento do lago eles passam para a legalidade, adquirem a carteira de pescador profissional, mas deixam de ser pescador, e passam a trabalhar de forma a reafirmar uma visão hegemônica sobre o espaço das águas em que se privilegia uma racionalidade econômica, instrumental, que está colocando em risco de extinção uma categoria ocupacional e um modo de vida específico, qual seja, o do próprio pescador artesanal.

CONCLUSÃO

Como afirma Mc Cully (1996) citado por Viana:

Mais do que simples máquinas geradoras de eletricidade e armazenamento de água, as barragens representam, em concreto, rocha e terra, a ideologia dominante da era tecnológica. Como ícones do desenvolvimento econômico e do progresso científico, as barragens representam o triunfo da dominação do homem sobre a natureza. (McCully, 1996 apud VIANA, 2003, p.18)

No entanto, as UHEs, entendidas como ícones de uma determinada concepção hegemônica de desenvolvimento e progresso, desencadeiam uma nova dinâmica social e cultural no lugar em que são construídas, onde as comunidades locais, ao perderem seu território para implantação destes projetos econômico-industriais, acabam perdendo também suas identidades.

Foi exatamente isto que pudemos perceber a partir do estudo de caso analisado. Como tentamos demonstrar ao longo deste trabalho, depois da construção da UHE Funil, nos deparamos com a perda da identidade dos pescadores que exerciam seu trabalho no lugar. Com o advento da barragem, os mesmos deixaram de ser pescadores artesanais e passaram a ser piscicultores, “produtores de peixe”, atividades que são completamente distintas e em muitos aspectos até antagônicas.

Ao tentar compensar o trabalho dos pescadores, o consórcio empreendedor acabou transformando não só o modo de produção destes, mas também todo um “modo de vida” que acompanha a realização deste tipo de atividade. O trabalho não pode ser visto apenas como um meio de se ganhar dinheiro, tem muitos outros aspectos do ser humano envolvidos na tarefa de realizá-lo; aspectos esses que não foram levados em conta pelos Programas de Reativação Econômica propostos pelo Consórcio AHE Funil. Como afirma Leff:

Para a economia, a natureza e a vida humana são apenas fatores da produção, objetos e força de trabalho. Entram como elementos fracionados e indiferenciados; os humanos (empregados) recebem um salário que lhes permite satisfazer necessidades (criadas pelo sistema) através do consumo. Deste modo não se percebe o trabalho como um processo vital – seu valor criativo – donde deriva uma satisfação, desprezando-se os valores e qualidades incomensuráveis da atividade humana. (LEFF, 2001, p.88)

Neste sentido, tomando por base o presente estudo, o que podemos perceber é que apenas o fator econômico parece estar em jogo quando se pensa nos projetos e políticas de compensação de empreendimentos hidrelétricos. No caso da UHE Funil, o próprio nome do programa implementado para compensar a pesca tradicionalmente praticada no lugar – Projetos de Reativação Econômica - deixa transparecer essa ênfase dada ao aspecto econômico, que muitas vezes se mostra insuficiente para uma efetiva compensação do trabalho.

Com isso não queremos dizer que a parte econômica não seja importante, mas que para além deste fator existem outros que também se apresentam como de fundamental importância e que deveriam ser levados em conta ao se pensar em projetos de compensação socioambiental. Ao tentar compensar a pesca artesanal com a produção de peixes em tanques-rede, a implantação da UHE Funil acabou levando os pescadores da autonomia à dependência, da subsistência através de uma prática de produção artesanal à produção comercial capitalista, provocando a capitalização da natureza e das práticas sociais, incluindo as econômicas, e impossibilitando a continuação do desenvolvimento do saber tradicional sobre a prática da pesca artesanal ali presente.

Além disso, o pensamento único, limitado no fator econômico, limita também a forma de se entender o processo de desenvolvimento como um todo, onde a construção de hidrelétricas passa a adquirir um caráter fundamental e a se apresentar como algo extremamente necessário para a manutenção do estilo de vida predominante na modernidade, impossibilitando a emergência de outras formas de desenvolvimento igualmente possíveis e, talvez, até mais válidas considerando-se as condições ecológicas e socioculturais dos lugares.

É interessante também ressaltar que a interlocução dos pescadores com os agentes da modernidade, que se debruçam sobre aquele espaço a fim de modificá-lo, no caso a UHE Funil, se dá de maneira assimétrica. Escapa totalmente do controle dos mesmos a decisão de decidir sobre seu próprio destino. Além disso, na maneira como se dá essa relação, a ruptura da autonomia destes trabalhadores passa a assumir um estatuto de validade incontestável, dessa forma, passa-se, sem maiores questionamentos, da tarrafa ao tanque-rede, do Dourado à Tilápia e do trabalho autônomo à dependência,

primeiramente em relação ao consórcio empreendedor (cesta básica, emprego, fornecimento de ração e assistência técnica para o exercício do trabalho, etc.), e possivelmente, no futuro, das políticas assistencialistas do Governo.

Nesse sentido, o que está em disputa no processo de licenciamento ambiental de uma grande obra como as Usinas Hidrelétricas não é a negociação, entre o consórcio empreendedor e os atingidos, das medidas mitigadoras e compensatórias, o que está em jogo é a autonomia das populações locais e a possibilidade de se reivindicar uma outra forma de desenvolvimento e progresso, em que caberia a eles o poder de decidir a forma e as características dos mesmos. Como afirma Leff:

O problema não se limita, pois, à valorização do dano ecológico e aos procedimentos jurídicos que permitam sua compensação, ou aos lucros derivados da apropriação de seus recursos (...), mas o direito das populações locais a controlar seus processos econômicos e produtivos, a uma autonomia que lhes permita autogerir seus territórios, seus recursos, sua cultura e seus sistemas de justiça. (LEFF, 2001, p.363)

Como vimos a partir do estudo dos pescadores do Funil, existem certas atividades, certos trabalhos e os saberes, fazeres e valores relacionados ao mesmo, que não podem ser transferidos e muito menos compensados. Nesse sentido, devemos colocar em questão o fato de as medidas mitigadoras e compensatórias se constituírem como algo suficiente para a concessão das licenças ambientais necessárias para a aprovação de um empreendimento hidrelétrico.

A globalização econômica e a adesão incondicional ao Ideal de Desenvolvimento (Sustentável) presente na modernidade está provocando um processo de homogeneização do mundo através da extensão da racionalidade de mercado a todos os seres humanos. Ainda segundo Leff:

A natureza e a cultura, fontes de vida, significação e potencial produtivo foram deslocadas pelo processo de globalização econômica que desencadeou um processo de degradação ambiental e destruição das formas de organização da vida e da cultura. A eficiência tecnológica e a maximização do lucro de curto prazo, que regem a economia globalizada, aceleraram processos de uniformização da paisagem, de produção de monoculturas, de perda de diversidade biológica, de homogeneização cultural e de urbanização dos assentamentos humanos. Desta forma, o crescimento econômico se alimenta de um processo de extração e transformação destrutiva de recursos naturais, de degradação da energia nos

processos de produção e consumo de mercadorias. Neste sentido, a racionalidade econômica e a urbanização da civilização moderna precipitaram a morte entrópica do planeta, destruindo o habitat como suporte das formas sustentáveis de habitabilidade do mundo. (LEFF, 2001, p.285) [grifos nossos]

Conforme o autor, este processo de globalização está desterritorializando identidades, enterrando saberes práticos e desarraigando a cultura de seus referentes locais. Nesse sentido, o que se apreende a partir deste trabalho é a necessidade de se buscar um novo sentido de desenvolvimento, por meio de um modelo que leve em consideração a diversidade cultural e os saberes tradicionais, um modelo que se baseie em outra racionalidade e que seja capaz de nos impulsionar à busca de novos sentidos de civilização, novas compreensões teóricas e novas formas práticas de apropriação do mundo que torne possível a experiência de outras formas de existência igualmente legítimas e potencialmente presente nos lugares.

Não se pretende aqui reivindicar um “protecionismo simplista” de populações fragilizadas que não sabem reagir aos desafios perante os quais são obrigadas a enfrentar. A questão não é proteger as culturas e as identidades do contato com o Capital e com os processos da modernidade, congelando-as no tempo. Nenhuma cultura é inerte, estática; nenhum lugar é fixo; as identidades não são fixas, elas sempre estiveram e sempre estarão sujeitas a mudanças.

O que se coloca em questão aqui é o direito das populações locais de dizerem para onde devem caminhar essas mudanças. A luta de populações tradicionais pelo direito ao acesso e controle sobre seu território não pode ser visto como algo que estaria na “contramão da história”. Como afirmam Zhouri e Oliveira (2010), essa resistência, centrada nos lugares, demonstra que esses grupos empreendem em suas lutas o esforço para deixarem a condição passiva que os transforma em objetos dos movimentos de outrem (do capital), passíveis de deslocalização e realocação. Não é uma luta pela fixidez dos lugares, mas sim pelo poder de definir a direção da sua mudança. Segundo as autoras:

A defesa do lugar, do enraizamento e da memória destaca a procura por autodeterminação, a fuga da sujeição aos movimentos hegemônicos do capital e a reapropriação da capacidade de definir seu próprio destino. (ZHOURI e OLIVEIRA, 2010, p.445)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (Brasil) (ANEEL). Atlas de Energia Elétrica do Brasil. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas_par2_cap3.pdf>. Acesso em: 26/10/2010.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/#legislacao/Leis/leis2009>>. Acesso em: 05/10/2010.

CARNEIRO, Eder Jurandir. A oligarquização da “política ambiental” mineira. In: Zhouri, Andréa, Laschefski, Klemens e Pereira, Doralice (orgs). *A Insustentável leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.p.65 – 88.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comun*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991.

CONSÓRCIO AHE FUNIL. Institucional – Histórico. Disponível em: <<http://www.ahefunil.com.br/home/institucional/historico.htm>>. Acesso em: 09/08/2010

CONSÓRCIO AHE FUNIL. Projetos – Programa de Reativação Econômica – Agricultura- Associação dos Agropecuaristas da Ponte do Funil. Disponível em: <http://www.ahefunil.com.br/home/meio_ambiente/projetos_reativ_economica_agricultura.m>. Acesso em: 09/08/2010

CONSÓRCIO AHE FUNIL. Projetos – Programa de Reativação Econômica – Pesca – Cooperativa de Pesca da Ponte do Funil. Disponível em: <http://www.ahefunil.com.br/home/meio_ambiente/projetos_reativ_economica_pesca.htm>. Acesso em: 09/08/2010.

CONSÓRCIO AHE FUNIL. Projetos – Programa de Reativação Econômica-Artesanato - Associação dos Artesãos Bamaizeiros. Disponível em: <http://www.ahefunil.com.br/home/meio_ambiente/projetos_reativ_economica_artesanato.htm>. Acesso em: 09/08/2010.

DIEGUES, A. C. S. Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar. São Paulo: Ed. Ática, 1983.

DIEGUES, A. C. S. Povos e Mares: leituras em sócio-antropologia marítima. São Paulo: NAPAUB, 1995.

ECODINÂMICA CONSULTORES ASSOCIADOS Ltda. Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA) do reservatório da UHE Funil - Consórcio AHE Funil. Belo Horizonte, 2006.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: Sachs, W. (org.). *Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.p.59 – 83.

GEERTZ, Clifford. O Saber Local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa. In: _____. *O Saber Local*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 249-356.

INTERTECHNE CONSULTORES ASSOCIADOS E LEME ENGENHARIA. Usina Hidrelétrica Funil, rio Grande, Minas Gerais: Estudos de Impacto Ambiental. – Volume IV – Diagnóstico meio sócio-econômico. Parte1/3. Belo Horizonte, 1992.

LEFF, Enrique. Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

LIMA, Roberto Kant. Ensaios de Antropologia e de Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção da Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. 289p.

LITTLE, Paul. Introdução. In: _____(Org.). *Políticas Ambientais no Brasil: Análises, instrumentos e experiências*. São Paulo: Ed. Peirópolis; Brasília: IIEB, 2003, p.13-21.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. 2ª.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 424p.

MENDONÇA, S.A.T. Turismo e Pesca Profissional Artesanal: impactos socioambientais no Alto-Médio São Francisco. Teoria e Pesquisa: Revista de Ciências Sociais. São Carlos, V.1, n. 44 e 45, Jan/Jul.2004. Disponível em: < <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/80/70> >. Acesso em: 05 out.2010.

MERCATTO AMBIENTE E ARTICULAÇÃO. Projeto de planejamento e apoio ao uso turístico do reservatório artificial da UHE Funil e de seu entorno. Belo Horizonte, 2003.

PARAÍSO, L.B. Dilemas da participação na gestão de unidades de conservação: a experiência do Projeto Doces Matas na RPPN Mata do Sossego. In: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice (orgs) *A Insustentável leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.p.143-168.

PASQUOTO, V.F.; MIGUEL, L. A. Pesca Artesanal e enfoque sistêmico: uma atualização necessária. In: Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. 6. 2004. Aracaju. Anais...Aracaju. 2004. 12p.

PENIDO, M.O. O planejado e as(im)possibilidades de realização do lugar: o caso da UHE de Candonga/MG. In: II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens e I Encuentro Latinoamericano Ciências Sociales y Represas, 2007, Salvador/BA. ST4 Experiências de reassentamento, reparação e compensação. In: CD e Anais da Home Page do II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens e I Encuentro Latinoamericano Ciências Sociales y Represas, 2007.p. 01-24.

PIRES, Mauro Oliveira. A Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável. In: LITTLE, Paul (Org). *Políticas Ambientais no Brasil: Análises, instrumentos e experiências*. São Paulo: Ed. Peirópolis; Brasília: IIEB, 2003. p.373 – 384.

RIBEIRO, Morel Queiroz da Costa. Licenciamento Ambiental de Aproveitamentos Hidrelétricos: A trajetória do Conflito. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. (Org). *Vidas Alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa, MG: Ed.UFV,2008. p.171-218.

RIBEIRO, Morel Queiroz da Costa. O Licenciamento Ambiental de Aproveitamentos Hidroelétricos: o espaço da adequação. 2008. 268 p. Dissertação. Mestrado em Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2008.

ROTHMAN, F. D. (ed). *Vidas Alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa, MG: Ed.UFV,2008.

SACHS, Wolfgang. Introdução. In:_____ (Ed.) *Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000. p.11 – 17.

SANTOS, Ailton Dias. et al. O Programa “Avança Brasil” e o Plano Plurianual 2000-2003: para onde vai o desenvolvimento sustentável? In: LITTLE, Paul (Org). *Políticas Ambientais no Brasil: Análises, instrumentos e experiências*. São Paulo: Ed. Peirópolis; Brasília: IIEB, 2003. p.13-21.

SANTOS, Silvio Coelho dos. Hidrelétricas e suas consequências socioambientais. In: VERDUM, Ricardo (Org). *Integração, Usinas Hidrelétricas e Impactos Socioambientais*. Brasília: INESC, 2007. p.41-56.

SETE SOLUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL. Plano de Controle Ambiental – PCA da UHE Funil. Relatório Técnico, Consórcio AHE Funil. Belo Horizonte. 1999.

SILVA, P.S. De pescador a piscicultor: as transformações do processo produtivo dos ribeirinhos no baixo São Francisco. In: Reunião Equatorial de Antropologia - REA, 2007. Aracaju. América Equatorial – Cultura na Contemporaneidade, 2007.

VALENCIO, N. F. L. S.; MENDONÇA, S.A.T.; MARTINS, R.C. Da Tarrafa ao Tanque-rede: o Processo Político-institucional de Extinção de uma Categoria de Trabalhadores das Águas. In: VALENCIO, N.F.L.S.; MARTINS, R. C. (Orgs.) *Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil: desafios teóricos e político-institucionais*. Volume II – São Carlos: RIMA, 2003. p.271 – 293.

VALENCIO, N. F. L. S. et al. Condições de Vida e Trabalho do Pescador Profissional da Bacia do Alto/Médio São Francisco. In: VALENCIO, N. F. L. S.; MARTINS, R. C.; LEME, A. A. (Orgs.). *Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil: desafios à cidadania*. 2 ed. São Carlos: RIMA, 2006. p.187 – 204.

VALENCIO, N. F. L. S. A Pesca Artesanal como identidade: mercantilização e dissolução de um modo de vida rural. In: VII Congresso Latino Americano de Sociología Rural. 2006. Quito. Anais... Quito: ALASRU/ FLACSO, 2006. Disponível em:

<<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/27%20GT%20Norma%20Felicidade%20L%20S%20Valencio.pdf>>. Acesso em: 05/10/2010.

VALENCIO, N. F. L. S. Pescadores do Rio São Francisco: a produção social da inexistência. São Carlos: RIMA, 2007.

VENTURATO, Raquel Duarte. Desafios do modo de vida da pesca artesanal em água doce num contexto socioambiental adverso: uma análise sociológica do caso do bairro rural do Tanquã, Piracicaba/ SP. 2008. 144f. Dissertação. Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural. Centro de Ciências Agrárias. Universidade Federal de São Carlos. Araras. 2008.

VERDUM, Ricardo. Obras de infra-estrutura no contexto da integração sul-americana. In:_____ (Org.). *Integração, Usinas Hidrelétricas e Impactos Socioambientais*. Brasília: INESC, 2007. p.13-40.

VIANA, R.M. Grandes Barragens, Impactos e Reparações: um estudo de caso sobre a barragem de Itá. 2003. 191f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2003.

ZHOURI, Andréa. Justiça Ambiental, Diversidade Cultural e Accountability: Desafios para a governança ambiental. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 23, No. 68. Outubro de 2008.

ZHOURI, A. et al. (Org). A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Quando o Lugar resiste ao espaço: Colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 439 – 462.

ZUCARELLI, M. C. A construção da usina hidrelétrica de Irapé (Vale do Jequitinhonha/MG) e os instrumentos utilizados na viabilização política do licenciamento ambiental. Belo Horizonte: Mestrado em Sociologia, FAFICH/UFMG, 2006.